

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1313 - 10/08/2015 a 16/08/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

ANEL DE INTEGRAÇÃO

PEDÁGIOS DO PARANÁ



PECUÁRIA
MODERNA



UM PLANO PARA
A PECUÁRIA

Aos Leitores

Nas páginas desta edição uma síntese de temas que têm sido prioritários nos últimos anos para a FAEP. A capacitação de 131 novos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) é resultado de uma proposta da FAEP apresentada ao então candidato à reeleição Beto Richa, que quando assumiu investiu na criação da Agência.

Na terça-feira (11/8) teremos o lançamento do Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná, no Palácio das Araucárias. Outra iniciativa que nasceu dentro da FAEP, na Comissão de Bovinocultura de Corte, buscando modernizar a cadeia produtiva, mostrando que temos condições de oferecer ao mercado um produto diferenciado e de qualidade.

A proposta apresentada pela FAEP para os pedágios do Anel de Integração causou tanta polêmica que decidimos contratar a Paraná Pesquisas para saber a opinião dos usuários das rodovias.

A informação de que 79,3% dos usuários das rodovias paranaenses querem que o governo faça um novo contrato com as empresas de pedágio agora, com novas regras, obras de duplicação e tarifa mais baixa, não nos surpreendeu.

Nos debruçamos sobre uma série de dados, conversamos com especialistas e defendemos o que entendemos ser o melhor para os paranaenses, especialmente para o agronegócio que depende das rodovias para escoar sua produção.

O que nos leva a crer que é possível, diferente do histórico das tentativas governamentais realizadas no passado, uma nova negociação que pode ser feita as claras e com a experiência que já acumulamos sobre o assunto.

Tudo isto está no especial que produzimos sobre o assunto a partir da página 13.

Índice

Sanidade	03
Capacitação Adapar	04
Plano Pecuário	06
História - Petrobras	10
Editorial Gazeta do Povo	12
Anel de Integração - Pedágios PR	13
Ferroeste	38
Eventos	39
Consecana	40
Leitor em Foco	41
Notas	42
Eventos Sindicais	44
Via Rápida	46

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correia de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueira | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1313: Fernando Santos, Gilson Abreu, Divulgação e Arquivo FAEP.

Paraná Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação



1. O Paraná vem adotando um conjunto de medidas visando, gradativamente, obter o reconhecimento internacional como uma zona livre de determinadas enfermidades (febre aftosa, peste suína clássica- PSC, tuberculose bovina, brucelose bovina etc). Destaca-se a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), esforço de investimento para ampliar a capacidade de prevenção, controle e erradicação de enfermidades que podem afetar a produção agropecuária e agroindustrial.

2. Em maio de 2015, o governo do Paraná encaminhou expediente ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)

solicitando o início dos procedimentos visando a obtenção do reconhecimento internacional como Zona Livre de PSC e de Febre Aftosa sem vacinação.

3. Em que pese os esforços da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e da Adapar, nem todas as ações estruturantes foram suficientemente implementadas, em face da crise econômica e das dificuldades orçamentárias. Os servidores (médicos-veterinários, engenheiros-agrônomo e técnicos agrícolas), aprovados em concurso público, ingressaram efetivamente, na Adapar, no final de julho/2015 e passam, agora, por processo de capacitação, antes de iniciar suas atividades a campo. Da mesma forma, as obras de adequação dos 23 postos de fiscalização do trânsito agropecuário, nas divisas com SP e MS, não foram concluídas. Por outro lado, está em curso uma rigorosa revisão do cadastro de propriedades e de inventário de rebanhos suscetíveis, base para um eficiente controle do trânsito de animais.

4. Assim, continua o esforço visando o reconhecimento internacional do Paraná como zona livre da PSC no curto prazo (maio/2016) e, assim que concluídos os procedimentos embaixadores, o encaminhamento do pleito para o reconhecimento de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação. Enquanto isso, o Paraná dá continuidade ao cumprimento da legislação que obriga a vacinação contra febre aftosa em todos os bovinos e búfalos, conforme cronograma do Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA/MAPA.

Norberto Anacleto Ortigara

Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento.

FAEP participa de treinamento de técnicos da Adapar



A parceria entre o governo do Estado e a iniciativa privada foi apresentada como o principal diferencial que tem permitido ao Paraná manter indicadores positivos no agronegócio, pelos representantes das instituições que participaram do treinamento da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), de 4 a 6 de agosto, em Curitiba.

Esta foi a primeira etapa da capacitação dos 131 novos servidores nomeados pela Adapar e envolve todos os detalhes relacionados aos cargos de médicos-veterinários, engenheiros-agrônomo e técnicos agrícolas. O programa de capacitação

para os 74 Fiscais de Defesa Agropecuária (FDA) e 57 Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária (AFDA) contou com a participação do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Durante a abertura do treinamento, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, lembrou que a criação da Adapar foi uma reivindicação antiga da FAEP e destacou a necessidade de reforçar o sistema de defesa vegetal e animal do Estado para manter e conquistar novos mercados para os produtos paranaenses, principalmente os de origem animal. “Defendemos desde o final do século passado que a responsabilidade



Francisco Turra – ex-ministro da Agricultura, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA

pela sanidade não é apenas do governo, mas principalmente da iniciativa privada”.

“Temos feito esforços neste sentido, com fóruns, viagens técnicas e treinamento de produtores e trabalhadores rurais. A nomeação de técnicos para a Adapar sempre esteve em nossa agenda para lembrar o governo do Estado da necessidade de novos técnicos para a formação das equipes de defesa,

bem como um plano de carreira compatível com a sua função”, complementou Ágide.

O secretário da Agricultura, Noberto Ortigara, concordou que o Paraná tem mantido bons resultados no agronegócio porque a parceria público-privada está funcionando bem. “Somos agradecidos pela cutucada que o setor privado nos deu em relação à Defesa Sanitária”. No evento, o ex-secretário da Agricultura e atual assessor da presidência da FAEP, Antônio Poloni, comentou sobre o empenho da Federação na criação da Adapar e da importância da sanidade agropecuária na conquista de novos mercados dos produtos paranaenses. “Temos que vender mais, mas com segurança alimentar e para isso precisamos concluir procedimentos para conquistar esses mercados que remuneram melhor”, afirmou ele, que é um dos mais ativos defensores da sanidade agropecuária.

Para o ex-ministro da Agricultura e presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, que também participou do evento, a contratação dos novos técnicos significa grandes oportunidades para o setor agropecuário. “O Brasil é o quarto no mundo em produção de alimentos e só temos a ganhar quando se trata de investimentos em sanidade”.

A segunda etapa do treinamento envolve capacitação específica para a área de atuação de fiscais, médicos-veterinários e engenheiros-agrônomo e será realizada no município de Iporã no período de 10 e 21 de agosto. Nesta fase os servidores irão aprofundar seus conhecimentos técnicos, conhecendo os programas e ações executadas pela Adapar em todo o Estado.



Os rumos da pecuária no Paraná

Uma iniciativa da Comissão de Bovinocultura de Corte da FAEP, em parceria com outras instituições, pretende fortalecer e modernizar a bovinocultura de corte paranaense

Por Hemely Cardoso



A pecuária perdeu terreno para a agricultura no Paraná nos últimos anos. Entre 2004 e 2013, o plantel total encolheu 880 mil animais, somando 9,3 milhões de cabeças no Estado, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). No caso do gado de corte, o rebanho de 7,7 milhões caiu para sete milhões de bovinos. Os preços atrativos

e remuneradores no mercado de grãos acabaram empurrando a pecuária para as áreas marginais e a agricultura avançou sobre as áreas de pastagens em todo o Estado.

Diante dos gargalos na atividade, uma iniciativa da Comissão de Bovinocultura de Corte da FAEP, em parceria com outras instituições, pretende fortalecer e modernizar a pecuária paranaense.

Trata-se do Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná, que será lançado pelo governador Beto Richa, na próxima terça-feira (dia 11), no Palácio das Araucárias, em Curitiba. O plano envolve todos os segmentos da cadeia produtiva: produtores rurais, assistência técnica, extensão rural, pesquisa, ensino e indústria. “Nosso objetivo é consolidar uma pecuária de corte de alta qualidade, garantindo bem-estar animal e segurança ao consumidor”, destaca o engenheiro-agrônomo Rodolpho Luiz Werneck Botelho, presidente da Comissão e coordenador do Comitê Gestor do Plano.

Segundo ele, a autossuficiência na produção de bezerros, sanidade animal, como uma área livre de febre aftosa sem vacinação, a melhoria de índices zootécnicos e a qualidade das pastagens, além de uma remuneração maior na atividade, fazem parte das propostas que contemplam o plano. “Nós estabelecemos ações até 2025 e a meta é que 250 propriedades se tornem referência no setor em todo o Estado”, observa.

Entre as medidas que fazem parte do plano no prazo de 10 anos, Rodolpho enumera: reduzir idade média para abate de 37 para 30 meses; aumentar a lotação média das pastagens de 1,4 para dois animais por hectare ao ano; aumentar a taxa de natalidade do rebanho de 65% para 75%; assim como aumentar a

produtividade média de carcaça de quilos/carcaça/ha/ano de 137 para 210 quilos. “Com esses índices vamos ter um maior número de bezerros produzidos e mais animais indo ao abate no nosso Estado. O que queremos é ter uma carne de qualidade, sendo ofertada regularmente ao consumidor. Temos que produzir com eficiência para poder atender todos os nichos de mercado”.

Segundo o coordenador do Comitê Gestor do Plano, quando se refere ao aumento na taxa de natalidade, a ação resultaria numa oferta de 480 mil bezerros a mais por ano. A exploração dos subprodutos do boi, como couro, graxa, vísceras é outra fonte de recursos que pode agregar valor à cadeia produtiva.

As metas para os próximos 10 anos

Entre as ações destacadas em relação aos índices zootécnicos confira na tabela abaixo, a situação atual, metas estaduais (2025) e para os produtores mais avançados tecnicamente (Metas Top) no Paraná.

Índice	Situação atual*	Meta Paraná 2025	Metas Top 20%
Idade do primeiro parto (meses)	Nd	30	<24
Intervalo entre partos (meses)	Nd	15	12
Taxa de prenhez (%)	Nd	75	>95
Taxa de natalidade (%)	65*	75*	>90
Mortalidade pré-desmama (%)	Nd	2	<1
Peso à desmama (kg)	Nd	200	>270
Mortalidade pós-desmama (%)	Nd	2	<1
Ganho médio diário (kg)	Nd	>0,4	>0,8
Taxa de lotação (UA/ha)	1,4*	2	>3,5
Taxa de desfrute (%)	21*	25	>45
Idade de abate (meses)	37*	30*	<18
Produção kg/carcaça/ha/ano	137*	210*	480
Uso de touros melhoradores (%)	Nd	80	100
Uso de inseminação artificial (%)	~10**	30	80

*Fonte: EMATER PR, 2011. **ASBIA, 2015.

Nd: Não disponível

UA: Unidade Animal – 450 kg de peso vivo.

Comitê Gestor

O Comitê Gestor - um grupo formado por diversas instituições* - nasceu durante o Workshop da Bovinocultura de Corte do Paraná, promovido pela Comissão de Bovinocultura de Corte da FAEP, nos dias 14 e 15 de maio, em Curitiba. É o Comitê Gestor que estabeleceu a governança e as estratégias para a implantação do Plano Gestor. O evento reuniu 66 profissionais da cadeia produtiva da pecuária, indústria, pesquisa, ensino, extensão rural, assistência técnica e produtores rurais para fazer uma triagem das metas e propostas que foram incorporadas no Plano.

***Sistema FAEP/SENAR-PR, Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (FUNDEPEC-PR), Sociedades Rurais, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), representantes dos produtores, da indústria, do sistema bancário e das universidades paranaenses.**



As ações da Comissão



“O Paraná tem potencial para produzir uma carne de qualidade, garantindo bem-estar animal e segurança ao consumidor”, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, presidente da Comissão e coordenador do Comitê Gestor do Plano

A Comissão de Bovinocultura de Corte, da FAEP, vem trabalhando sistematicamente desde 2013. O pré-projeto começou com o estudo “Diagnóstico da Pecuária de Pecuária de Corte Paranaense e Recomendações de Ações para o seu Desenvolvimento Sustentável” sobre os custos de produção na pecuária em diversas regiões do Estado. A pesquisa foi resultado de um trabalho em conjunto entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a FAEP, o Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-PR), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PR) e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Com a finalidade de fortalecer a cadeia produtiva e mostrar diversos sistemas de produção, a Comissão promoveu reuniões e Dias de Campo ao longo do ano passado e neste ano. “Temos excelentes exemplos de cadeia produtiva, com a produção de uma carne de qualidade e rentabilidade. Isso mostra que o Paraná tem potencial, assim como ocorre nas outras cadeias produtivas de proteína animal”, conclui Rodolpho.



Incentivos para fortalecimento



Em julho, o secretário da Agricultura, Norberto Ortigara se reuniu com os dirigentes das principais instituições financeiras que operam no Paraná para debater linhas de crédito para fortalecer o programa. “Diante da possibilidade de abertura dos Estados Unidos e outros países importantes comprarem carne in natura do Brasil, devendo gerar novos investimentos no País, este é o momento oportuno para o Paraná organizar essa cadeia”, afirmou Ortigara.

As instituições se comprometeram em avaliar e mandar contribuições à proposta apresentada, que foi a abertura de uma linha de crédito para retenção e aquisição de matrizes, com período de carência e de financiamento compatível com a atividade. Segundo o zootecnista da Emater, Luiz Fernando Brondani, o produtor precisa pagar o financiamento com as crias dessas

matrizes e isso não se faz em menos de três ou quatro anos.

Ele também defendeu a necessidade de financiamento da compra de bezerros para recria e terminação no Estado, que hoje tem uma carência de 500 mil a 600 mil animais.

O Banco do Brasil acenou com a possibilidade de vincular a linha de crédito em apoio à pecuária de corte ao programa ABC, de retenção de carbono, que alia as práticas de lavouras e pecuária, e incluir a proposta já para o segundo semestre de 2015.

Participaram do encontro dirigentes do Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Departamento de Economia Rural, Emater, da Caixa Econômica Federal, Fomento Paraná e FAEP.

SENAR-PR Qualificação de Técnicos

O projeto prevê ações dentro e fora da porteira. Entre elas, um Programa de Qualificação de Técnicos em Bovinocultura de Corte, voltado à capacitação dos profissionais atuantes na cadeia produtiva da carne bovina desenvolvido pelo SENAR-PR.

O público-alvo são técnicos indicados por membros da Comissão Técnica que realmente atuem na área, mas podem participar também produtores rurais, desde que desejem ampliar seus conhecimentos na área, garantindo assim maior envolvimento do setor.

O curso é dividido em módulos com carga horária variável e deverá ser realizado em dias consecutivos a partir da demanda nas diferentes regiões do Estado.

O Petróleo é nosso



“O Brasil é o único país latino-americano que possui condições físicas realmente capazes de colocá-lo em “Situação de Igualdade” com os Estados Unidos da América do Norte. Além de um território privilegiado, possui riquezas extraordinárias... Pois bem ouvinte: entre essas riquezas figura aquela que é, entre nós, a mais cobiçada da civilização moderna: o petróleo”, dizia o locutor Alziro Zarur, no programa de rádio Problemas e Soluções, da rede Continental citando o americano Roy Nash que esteve no Brasil em 1919 e de tão entusiasmado com o país escreveu o livro “A conquista do Brasil”.

Passaram-se 20 anos da visita de Nash até que a primeira jazida de petróleo explorável comercialmente fosse descoberta no bairro de Lobato (atualmente um bairro de Salvador). O início da exploração do ouro negro e o nascimento da Petrobras são marcados por uma divisão política no território brasileiro, os nacionalistas, defensores da soberania nacional e os defensores do capital estrangeiro (apelidados pejorativamente de entreguistas por seus opositores).

Dois nomes se destacam nessa luta, o do então presidente Getúlio Vargas e o do escritor Monteiro Lobato. Conhecido pela literatura infantil que produziu, principalmente a série O Sítio do Picapau Amarelo, Lobato foi um grande ativista na questão da exploração do petróleo. Para o escritor, era inconcebível que um país das dimensões do Brasil não se esforçasse para procurar e explorar a fonte de energia que tomava o lugar ocupado pelo car-

vão nas primeiras décadas do século 20.

O governo getulista afirmava que não havia petróleo no Brasil, algo confirmado pelos empresários brasileiros com o argumento de que, se houvesse, as petrolíferas americanas já o teriam descoberto.

Lobato reuniu pequenos investidores durante 10 anos para procurar petróleo. Não havia, até então, nenhuma jazida de petróleo ou de gás e nem tecnologia ou recursos para realizar a exploração. O escritor criou diversas empresas para manter a empreitada. Escreveu vários livros sobre o tema como “O Escândalo do Petróleo”, que esgotou três edições no mês de lançamento. Acabou entrando em conflito com os interesses de grandes grupos e do governo federal. Foi preso em São Paulo no dia 20 de março de 1941 pela “notável persistência desmoralizar o Conselho Nacional do Petróleo”, segundo o relatório policial.

Embates políticos

O partido comunista defendia o combate ao imperialismo com a defesa da riqueza e dos recursos econômicos brasileiros. Os debates extrapolavam a política e a economia. A primeira iniciativa para regular e estruturar a exploração de petróleo foi feita em 1938, com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). O decreto-lei de sua criação teve uma alteração de última hora e passou a considerar patrimônio da União todas as jazidas de petróleo em solo brasileiro, inclusive as ainda não encontradas.

Em 1948 é criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, cujo objetivo era coordenar a campanha popular “O petróleo é nosso”. Inspirados no exemplo de Monteiro Lobato, os partidos políticos de esquerda e os movimentos sociais lançam a campanha em defesa do Petróleo que ganha as ruas do país e é claramente uma contestação a Vargas.

Do outro lado, Getúlio tenta apoio da opinião pública lançando suspeitas sobre a posição assumida pelos udenistas e os comunistas. O governo distribuiu um folheto em defesa do projeto da Petrobras, ao mesmo tempo em que toma medidas repressivas contra a campanha pelo monopólio estatal.

Apenas duas (a de Finanças e a de Economia) das seis comissões técnicas parlamentares aceitaram sem restrições o projeto de criação de Petrobras, enviado em maio de 1952, ao plenário da Câmara dos Deputados.

Nasce a Petrobras



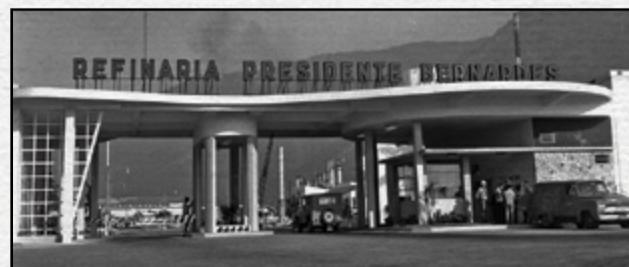
Foram 89 anos, entre a primeira concessão para exploração de petróleo no Brasil e a criação da Petróleo Brasil S/A (Petrobras).

Em 3 de outubro de 1953, Vargas sancionou a Lei nº 2.004 que criava a Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por suas subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição. A Petrobras deveria também encarregar-se da administração das refinarias governamentais herdadas do Conselho Nacional de Petróleo: a refinaria de Mataripe, na Bahia, em funcionamento e, a refinaria em construção de Cubatão, em São Paulo, inaugurada em abril de 1955 e mais tarde denominada Refinaria Presidente Bernardes.

As instalações da Petrobras foram concluídas em 1954 e sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. A produção de petróleo teve início nesse mesmo ano e supria apenas 1,7% do consumo nacional. Em 1974, passa a responder por 80% do petróleo nacional.

O primeiro presidente da Petrobras foi o então coronel Juraci Magalhães que, apesar de ligado à UDN, já dera provas durante a presidência da Cia. Vale do Rio Doce (1951-1952) de colaboração a Vargas. Símbolo do nacionalismo econômico e político de uma época da história brasileira, a Petrobras ampliou extraordinariamente o campo de suas atividades nas décadas seguintes, chegou a ser uma das maiores empresas do Brasil e do mundo.

Em vários momentos de sua história teve seu nome atrelado a escândalos financeiros e ao cumprimento de políticas governamentais. Os desmandos e a corrupção causaram inúmeros prejuízos à estatal. Em 2014 registrou prejuízo maior entre as empresas brasileiras de capital aberto desde 1986, início da base de dados da consultoria Economatica. Consequência dos escândalos da Operação Lava Jato. Mas, isso é outra história.



A polêmica renovação do pedágio

Gazeta do Povo - Texto publicado na edição impressa de 02 de agosto de 2015

Já há muito tempo sabe-se que o setor produtivo paranaense vive no pior dos mundos no que diz respeito ao transporte rodoviário: paga-se uma das tarifas mais altas do país para se tráfegar em rodovias que muitas vezes nem estão duplicadas. Tudo isso graças ao enorme imbróglio em torno do real teor dos contratos de concessão atualmente em vigor. Se a sabedoria empresarial diz que “contrato bom não sai da gaveta”, o das rodovias paranaenses saiu logo no início das concessões, com a redução unilateral no valor do pedágio promovida por Jaime Lerner, pontapé inicial das inúmeras querelas judiciais entre governo e concessionárias. Nem a postura de confronto de Roberto Requião, nem a abertura ao diálogo no primeiro mandato de Beto Richa resolveram o problema: a tarifa segue alta e as obras não vieram na quantidade desejada.

Assim, surgiu a ideia de oferecer, desde já, uma renovação das concessões em troca de termos claros sobre a nova tarifa e a lista de melhorias a realizar nas estradas. Mas isso pressupõe uma outra prorrogação, pois as rodovias do Anel de Integração são federais. Sua administração é delegada ao governo estadual por um convênio, que vence em 2021 e também tem de ser renovado – já existem negociações em curso para tal. Sem isso, nem haveria como falar em prorrogar as atuais concessões.

As entidades do setor produtivo se dividiram sobre a proposta de deixar as concessionárias atuais administrando as

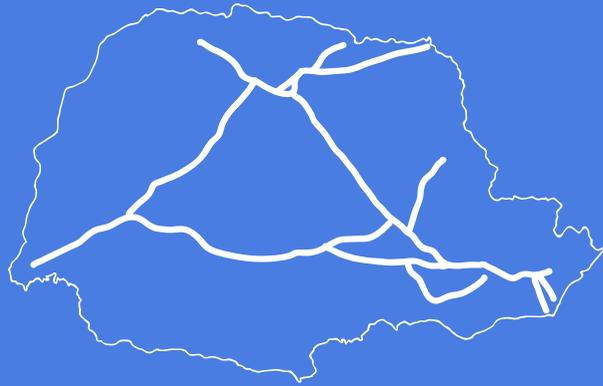
rodovias até 2045; a alternativa seria esperar as concessões vencerem em 2021 e realizar uma nova licitação. A divisão dentro do G7, que normalmente trabalha unido por plataformas parnistas, é a mostra perfeita da confusão que se criou em torno do pedágio – tanto que dois estudos independentes, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e da Fundação Instituto de Administração (FIA), chegaram a conclusões opostas sobre quem havia sido beneficiado ou lesado com as sucessivas mudanças nos contratos. CPLs e outras investigações não ajudaram a esclarecer o problema.

É nisso que os defensores de uma nova licitação em 2021 se apoiam para defender sua posição. Renovar as concessões, por essa linha de pensamento, seria uma forma de premiar a incompetência generalizada e prolongada que permitiu que a situação chegasse ao ponto atual. Não seria de todo absurdo imaginar situações em que as concessionárias, em troca da renovação, tivessem de realizar obras que já estão obrigadas a fazer, embora tal obrigação esteja soterrada na montanha de aditivos e decisões judiciais. Ou então supor que os termos da renovação acabassem indo parar na Justiça mais cedo ou mais tarde, levando a novas paralisações nas obras. Além disso, a renovação desperdiçaria toda a expertise acumulada em outros casos de licitação de rodovias Brasil afora, matando no nascedouro a possibilidade de iniciar do zero um processo bem definido, explícito quanto aos novos termos e que incentivasse a

concorrência na disputa pela administração das rodovias do Paraná.

Do outro lado da balança, coloca-se o drama do setor produtivo, que seria obrigado a passar mais sete anos perdendo competitividade por causa dos pedágios caros e das rodovias em pista simples. Especialmente em um cenário de crise como o atual, a oportunidade de destravar o desenvolvimento do Estado, caso as tarifas sofressem uma redução substancial imediatamente e as obras, especialmente as duplicações, saíssem do papel o quanto antes não pode ser desconsiderada. Por isso, não se pode rechaçar, a priori, a possibilidade de um debate sobre a renovação. Se realmente houver um benefício global para a economia do Paraná, que supere em muito os eventuais ganhos das concessionárias, vale a pena conversar.

Mas esse debate tem de partir de um pressuposto fundamental: a transparência absoluta. Toda a sociedade tem de conhecer os termos exatos da controvérsia, as equações que regem as relações econômicas estabelecidas em contrato, os dados sobre tráfego, as obras previstas – informações referentes tanto ao passado e ao presente (ou seja, as condições da concessão em vigor) quanto ao futuro (o que será oferecido e exigido das concessionárias para a renovação). Dada a importância do tema, as melhores cabeças do Paraná precisam estar envolvidas na discussão. Uma decisão precipitada, ou tomada sobre bases incertas, vai punir o Estado por mais duas décadas e meia.



ANEL DE INTEGRAÇÃO

PEDÁGIOS DO PARANÁ

SISTEMA FAEP







O papel da FAEP é defender ações que promovam o desenvolvimento do agronegócio, dentro ou fora da porteira, por projetos ou legislações que permitam maior produtividade e maior rentabilidade.

O resultado extrapola as porteiras das propriedades rurais do Paraná e alcança cada cidadão do nosso Estado, que, mesmo que nunca tenha pisado fora do asfalto, é beneficiado direta ou indiretamente, seja por um produto de melhor qualidade, seja pelo saldo positivo da balança comercial, pela geração de empregos ou investimento em infraestrutura.

É o que estamos fazendo agora. Após muito diálogo com especialistas da área, chegamos à conclusão de que o melhor caminho é uma negociação clara e aberta para se chegar à melhor proposta de uma solução imediata.

Somos um país que depende prioritariamente das rodovias para escoar sua produção e um setor que, diferente dos demais, não tem como diluir os custos na produção já que os preços das commodities são definidos nos mercados mundiais.

A defesa da duplicação do Anel de Integração como uma providência urgente tem sido defendida há muito tempo pela FAEP. Vivemos um momento de crise econômica, nem Estado e nem governo federal tem

caixa para investir. O Estado não tem mais como investir sem parcerias com o setor privado. Não há recursos nem para manutenção, que dirá para a construção de grandes obras.

O governo federal tem outras prioridades para os próximos anos como a construção de rodovias e ferrovias para escoar a produção das regiões Centro-Oeste e Norte do país.

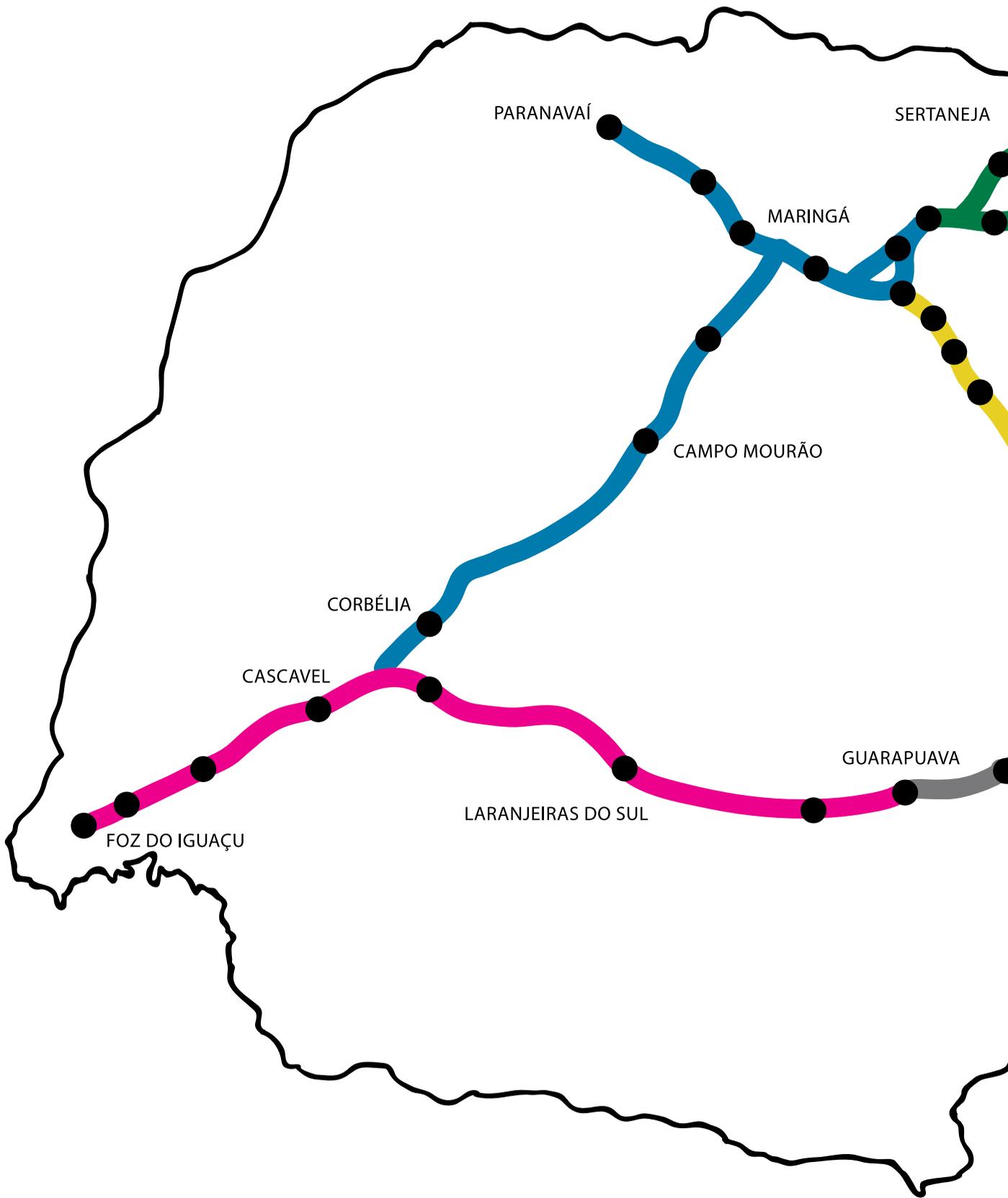
É por isso que queremos que o governo federal renove a delegação das rodovias ao governo do Paraná, que é o maior interessado em controlar as obras do Anel de Integração.

Ou seja, o direito de sentar com as concessionárias e de forma clara e limpa discutir o que é melhor para nós, paranaenses, que precisamos de rodovias melhores e pedágio mais barato.

Do contrário, teremos que aguardar até 2022. Até lá, vamos perdendo nossas possibilidades de desenvolvimento econômico e social porque escolhemos nos fechar ao diálogo mantendo uma opinião ou sentimento concebido sem exame crítico.

Ágide Meneguette

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)



● **RODONORTE**

● **RODOVIA DAS CATARATAS**

● **ECONORTE**

ANEL DE INTEGRAÇÃO

Anel de Integração do Paraná consiste em uma malha de 2,4 mil Km de rodovias, dos quais 1,8 mil Km federais, divididas em seis lotes interligados, administrados pela iniciativa privada e mantidos com a cobrança da tarifa de pedágio. Ele forma um polígono geométrico interligando Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Maringá, Paranavaí, Londrina e Paranaguá no Estado do Paraná.



● CAMINHOS DO PARANÁ

● VIAPAR

● ECOVIA

FORMAS DE CONCESSÃO

O Paraná foi um dos pioneiros na concessão de rodovias para o setor privado no Brasil.

Há três formas básicas de concessão:

1º. Rodovia pronta - a concessionária faz a manutenção, com poucas obras.

Exemplo: BR-101 que liga o Paraná a Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2º. A concessionária recupera o pavimento e faz novas obras.

Exemplo: as concessões que o governo federal está fazendo no Centro/Oeste e na Rodovia do Frango de Chapecó (SC) até a Lapa.

3º. A concessionária recupera o pavimento e faz obras. Ela também se encarrega de trechos adicionais.

Exemplo: O Anel de Integração do Paraná.

No trecho Curitiba – Paranaguá da BR-277 a concessionária ficou, também, obrigada a manter a rodovia Alexandra-Matinhos, que liga Matinhos à Praia de Leste e o acesso a Antonina, sem cobrança de pedágio.

Isto significa que os caminhões que levam a produção para Paranaguá também pagam pelos veículos que vão para as praias do litoral paranaense.



HISTÓRICO

1996/97

Estudos realizados

1997

Licitação e
contratação das
concessões

1998

Serviços iniciais e
início da cobrança
do pedágio.

Termo de Alteração
Unilateral

Decreto do governo do estado
reduzindo em 50% o valor do
pedágio previsto em contrato.

Ação Judicial

As concessionárias
recorreram à justiça e
ganharam antecipação de
tutela, ficando desobrigadas
de realizarem novos
investimentos.

2000

Acordo Judicial e Aditivo – redução das receitas e redução e
postergação das obras. Os valores não foram integralmente restabelecidos
para os caminhões – apenas 80% do valor inicial, afetando o equilíbrio
econômico-financeiro das empresas.

2002

Termo Aditivo - Inclusão na tarifa de
5% de ISS pelas prefeituras de municípios.
Inclusão de novos trechos
(Araucária e Lapa).

2005

Ata 17 – Foi firmado acordo entre o DER e a
concessionária Rodovia das Cataratas – hoje
Ecorodovia, que previa redução em 30% do
pedágio. A contrapartida era a desobrigação por
parte da concessionária em realizar qualquer
investimento em duplicação na BR-277,
que liga a região Oeste a Guarapuava. Num
impasse criado pelo Estado na assinatura
do Termo Aditivo para oficializar o acordo, a
concessionária ajuizou ação judicial e conseguiu
que a Ata 17 tivesse força contratual.

Passivo do Estado estimado em
mais de 100 ações judiciais =
R\$ 2 bilhões. Pagamento ao
final dos contratos em dinheiro
e não em precatórios. Ou, então,
prorrogar os contratos para
que as empresas possam ser
ressarcidas dos prejuízos pela
intervenções governamentais.
E sem obras novas.

2010

Retomada das negociações - Suspensão,
de ambas as partes, das ações em tramitação na
Justiça para facilitar os entendimentos.

EFEITOS DAS ALTERAÇÕES E ADITIVOS

Como resultado das diversas intervenções dos governos ao longo dos anos, os aditivos reduziram em:

- 487 Km as duplicações, terceiras faixas, eliminação da construção de 12 contornos de cidades e 261 interseções (trevos e viaduto).

Para retomar algumas obras julgadas importantes, inclusive solicitadas pelas comunidades, foram introduzidos os chamados “degraus tarifários”, isto é, acréscimos na tarifa para compensar as obras que não estavam mais previstas nos contratos.

Obras que continuavam nos contratos foram postergadas para o final, a fim de evitar novos desequilíbrios econômico-financeiros das concessionárias.



TARIFA RESULTA DE CÁLCULO MATEMÁTICO

Para montar uma concessão são levadas em conta algumas variáveis, que entram na composição de uma fórmula matemática. Primeiro é preciso avaliar o volume de tráfego, que resulta na receita bruta da concessionária. Quantos carros e quantos caminhões passam pelas praças de pedágio.

Os técnicos também procuram projetar o volume futuro de tráfego para estimar a receita esperada. O Estado, como poder concedente, elabora uma lista com as obras necessárias para colocar a rodovia em condições de tráfego e calcula o valor dos investimentos necessários ao longo do contrato.

Para investir, na maioria dos casos, as concessionárias buscam financiamento. O pagamento dos juros desses financiamentos também entra no cálculo. O Estado estabelece no contrato quais serviços a concessionária deve prestar, como

atendimento médico e mecânico para os usuários.

Também incidem impostos sobre a receita: ISS pago às prefeituras; PIS, COFINS, Contribuição Social e Imposto de Renda pagos ao governo federal. É estabelecida a Taxa Interna de Retorno (TIR), que é o retorno do capital investido durante a existência do contrato. E, naturalmente, o lucro da concessionária.

Por fim, também entra no cálculo o prazo pelo qual vai vigorar o contrato. O cálculo feito com essas variáveis resulta no preço do pedágio.

VARIÁVEIS NO PREÇO DO PEDÁGIO



TRÁFEGO



INVESTIMENTOS
(QUANTO E QUANDO)



IMPOSTOS



**CUSTOS
OPERACIONAIS**



LUCRO



TIR



PRAZO



TARIFA

Os termos em que as variáveis são colocadas no cálculo mudam de concessão para concessão rodoviária.

COMPARAÇÃO DE PEDÁGIOS

Uma das alegações dos que se manifestam contra a renovação da Delegação e das negociações com as concessionárias é que o pedágio é caro.

É verdade, o pedágio é caro. Por isso mesmo queremos que seja reduzido imediatamente.

Os que se opõem à renovação da Delegação e às negociações com concessionárias para início das obras já, com redução do preço do pedágio, fazem comparações do preço do pedágio do Paraná com outros Estados.

PREÇO DO PEDÁGIO PARA CADA 100 KM PARA VEÍCULO LEVE

BAHIA	R\$ 6,20
MINAS GERAIS	R\$ 8,20
PARANÁ	R\$ 11,00
ESPÍRITO SANTO	R\$ 11,90
SÃO PAULO	R\$ 13,20
RIO DE JANEIRO	R\$ 16,10



A NOVA DUTRA



NOVADUTRA

Tem sido usada a tarifa cobrada na rodovia NovaDutra, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, com intuito de mostrar que o pedágio do Paraná é o mais caro do Brasil.

A NovaDutra tem uma extensão de 402 Km e um volume de tráfego diário de 253 mil veículos. Portanto, para percorrer os 402 Km, um veículo leve gasta R\$ 49,90 (valor referente à soma das seis praças de pedágio).

Divididos o total (R\$ 49,90) pela extensão (402) temos o valor de R\$ 12,41 para cada 100 Km. Diferente do valor de R\$ 4,58 divulgado por alguns veículos da imprensa nos últimos meses.

Lembrando ainda que, quando concessionada a NovaDutra já estava duplicada.

PRAÇAS DE PEDÁGIO E TARIFAS DA NOVADUTRA

Viúva Graça	R\$ 12,70
Itatiaia	R\$ 12,70
Moreira Cesar	R\$ 12,70
Jacareí	R\$ 5,60
Guararema	R\$ 3,10
Arujá	R\$ 3,10

ANEL DE INTEGRAÇÃO

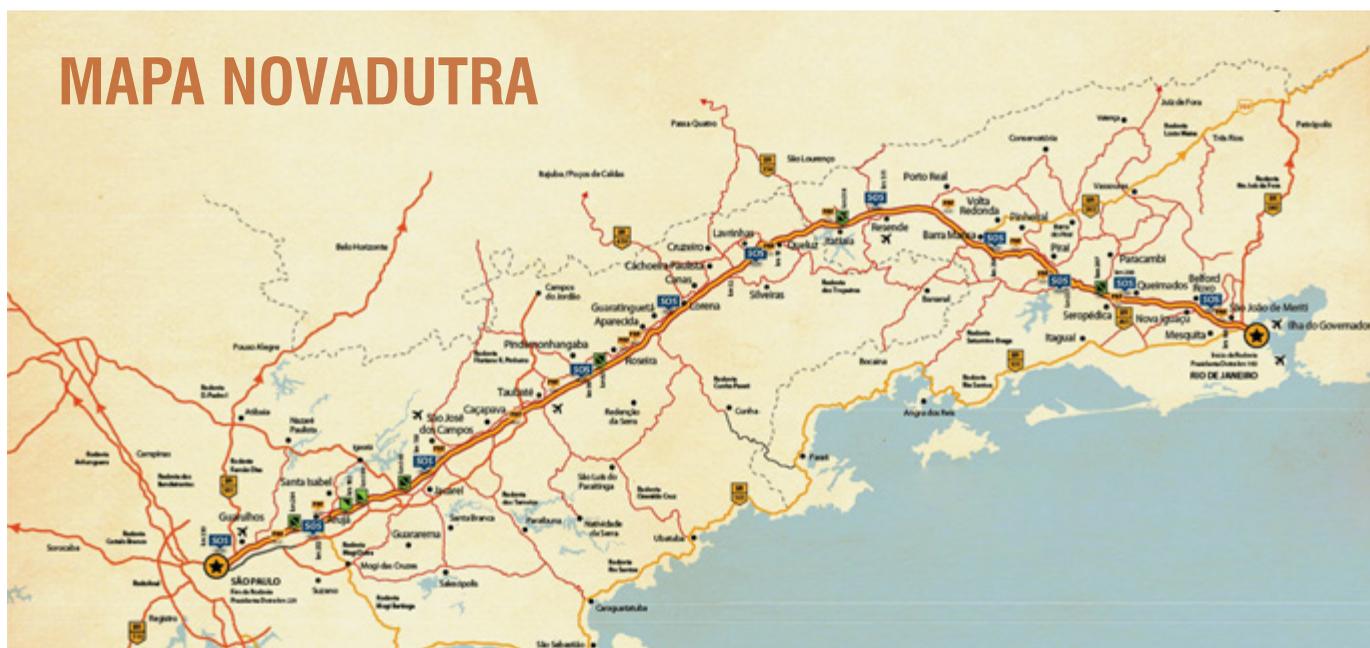
O Anel de Integração tem 2,4 mil Km por onde trafegam diariamente 277 mil veículos. A média do valor cobrado é de R\$ 11 para cada 100 Km, segundo informações do Grupo CCR que administra o Anel de Integração.

	Tráfego Diário	Extensão	Valor / média 100 km
Anel de Integração	277 mil	2,4 mil Km	R\$ 11,00
NovaDutra	253 mil	402 Km	R\$ 12,41

Portanto, não dá para fazer comparações. São realidades desiguais em volume de tráfego e exigências de obras. Mesmo assim, podemos verificar que a média do Paraná é mais barata.

BR-163

Outra imagem distorcida é com relação a BR-163, que atravessa o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul até nossas divisas. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) do governo federal, que deveria construir parte da rodovia no Mato Grosso, está sem dinheiro e desistiu: vai entregar o trecho para a concessionária sem obras, o que significa que o preço da tarifa não será o mesmo que o anunciado. As obras dessa rodovia, que seriam financiadas pelo BNDES com juros subsidiados, provavelmente não poderão contar com esses recursos aos juros prometidos. O que significa que o valor do pedágio deverá sofrer mais um aumento.



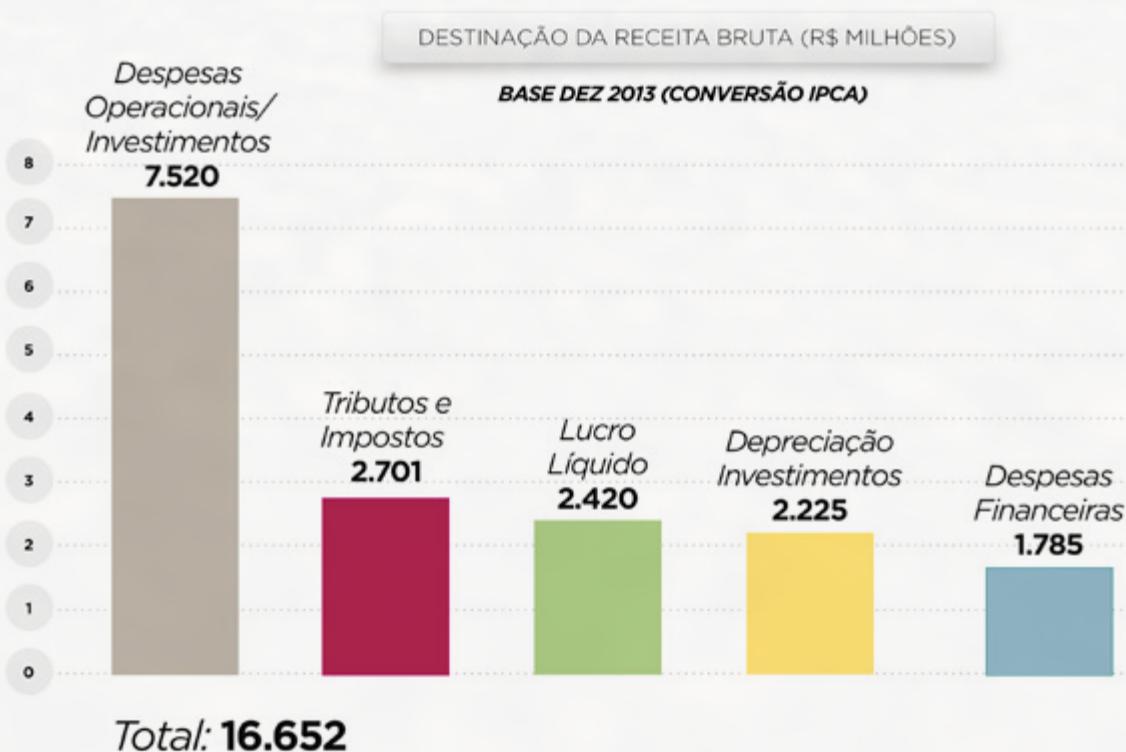
PARA ONDE VAI O DINHEIRO DO PEDÁGIO

O lucro líquido sobre a receita total da concessionária é de 14,5%.

O governo – município e o governo federal – ficam com 16,2% do total da receita bruta.



DESTINAÇÃO DA RECEITA TARIFÁRIA



NEGOCIAÇÕES DESDE 2010

O Estado vem realizando negociações com as concessionárias que resultaram em pequenas melhorias:

- Pequena duplicação na BR-277, no Oeste do Estado.
- Acréscimo de 5 Km de duplicação na PR-445 com um acréscimo na tarifa em 25% - três degraus de 8,25% em três anos.

A tarifa também aumentou em função do contorno de Campo Largo e de Mandaguari.

Haverá novo degrau tarifário de 6% a 9% para compensar a lei do “Eixo Suspenso”.

PRORROGAÇÃO DA DELEGAÇÃO

Dos 2,4 mil Km do Anel de Integração, 1,8 mil Km são rodovias federais delegadas ao Paraná em 1997.

O prazo da delegação encerra em 2022, quando então as rodovias federais retornam para a União.

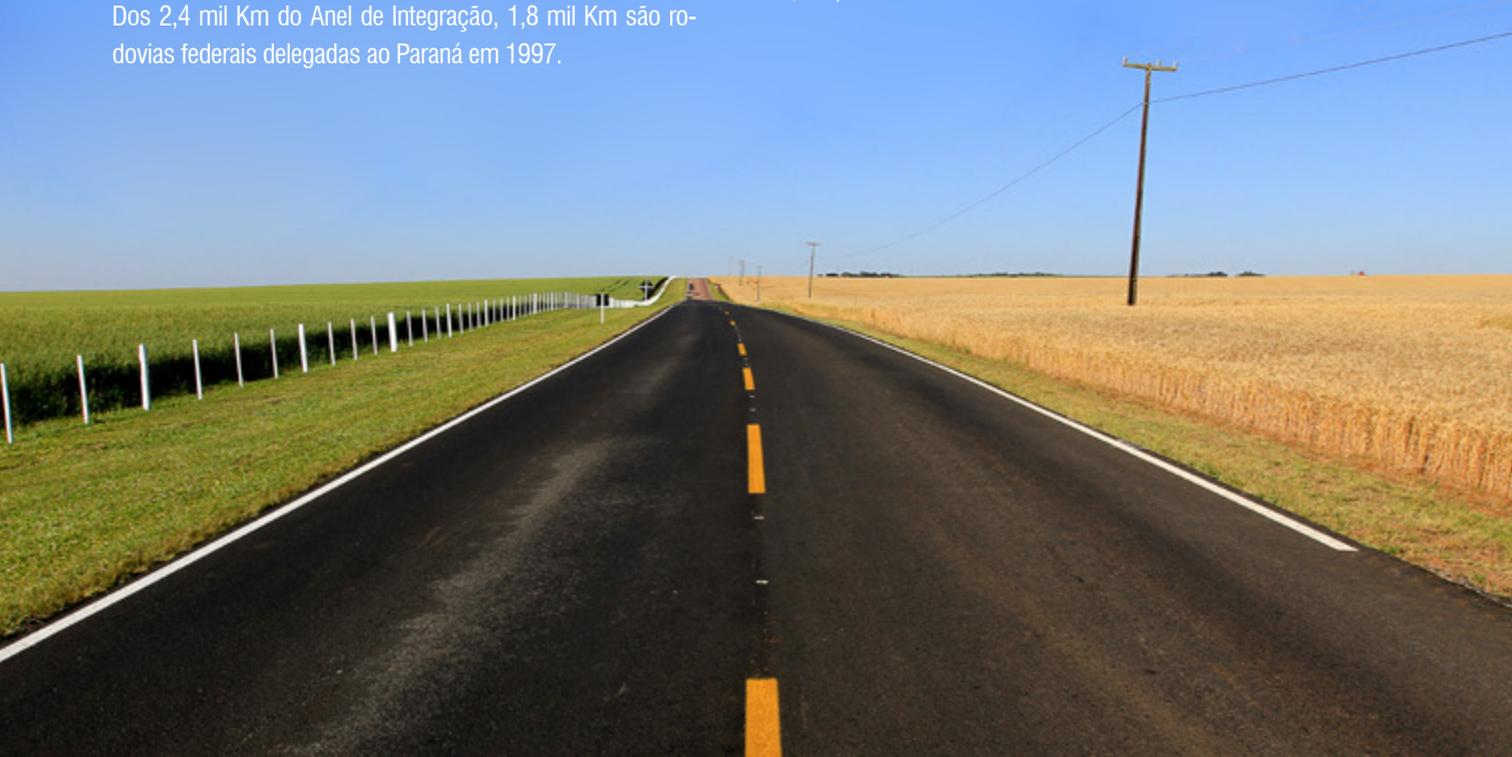
Prioridades

As rodovias do Anel de Integração são prioritárias para o desenvolvimento da economia paranaense. É por isso que o Paraná não pode abrir mão de continuar controlando-as.

O governo federal tem outras prioridades para os próximos anos como a concessão à iniciativa privada da construção de rodovias e ferrovias para escoar a produção agrícola do Centro/Oeste e do chamado Matopiba – grandes áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Oeste da Bahia. O que é justificável, considerando a grande produção da região e a absoluta falta de infraestrutura.

No Paraná, o governo federal tem apenas uma obra nas concessões que está fazendo. É a duplicação do trecho Chapecó-Lapa que passa pelo Paraná e servirá para escoar a produção de frangos do Oeste de Santa Catarina para o Sudeste do país.

A tarifa será de R\$ 13,00, acima da média do Paraná de R\$ 11,00.





Faciap, Fecomércio, Fetranspar, Associação Comercial do Paraná e FAEP entregaram ao Ministro dos Transportes, em 29 de junho, documento solicitando a antecipação da renovação do convênio de Delegação por mais 24 anos, a partir de 2022.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Santa Catarina

Na audiência pública para discutir a concessão da rodovia Chapecó - Lapa, realizada dia 24 de julho, houve uma mobilização das lideranças do município catarinense de Concórdia para protestar contra a retirada do edital de concessão do trecho que liga a Rodovia do Frango àquela cidade. Mesmo pagando pedágio, a população de Concórdia quer a duplicação da rodovia.

Norte Pioneiro

Ainda recentemente, uma comissão de representantes do Norte Pioneiro veio a Curitiba pedir ao governador do Estado a duplicação do trecho Jataizinho-Ourinhos, mesmo que isso signifique aumento no preço do pedágio. O que a população daquela região

não suporta mais é a quantidade de acidentes e mortes em consequência do alto tráfego em rodovia de pista simples.

Se o governo do Estado encaminhar a duplicação do trecho, que não está no contrato da concessionária, certamente haverá um degraú tarifário, onerando ainda mais a tarifa atual.

A não ser que haja um novo contrato como resultado de negociações, com obrigações e direitos diferentes do contrato em vigor.

Paranavaí

A sociedade organizada de Paranavaí mantém um movimento reivindicando a duplicação do trecho Nova Esperança – Paranavaí.

OBRAS COM PEDÁGIO BAIXO

Se o Paraná conseguir a renovação da delegação do governo federal, o governo do Estado poderá tentar uma negociação com as atuais concessionárias para que as obras sejam iniciadas imediatamente e não apenas no final dos contratos.

Incluindo na negociação todas as obras necessárias:

- As que foram postergadas;
- As que foram eliminadas por força dos aditivos; e,
- As necessárias para que o Anel de Integração seja totalmente duplicado.

A negociação deve incluir, também, zerar o passivo judicial, desfavorável ao Estado do Paraná.

Tudo isso com a condição inegociável de redução do preço do pedágio. Certamente, para que isso ocorra, será necessário prorrogar os contratos de concessão, senão a equação - o cálculo com as variáveis - não fecha.

A permanência das concessões em poder das mesmas empresas é um fator irrelevante, desde que os contratos sejam cumpridos e as concessões sejam rigorosamente fiscalizadas pelo Estado, tornando o processo transparente.

Se não houver a renovação, teremos que esperar o término dos contratos, sem obras e com os atuais preços de pedágio corrigidos anualmente, acrescidos dos degraus tarifários.



NEGOCIAÇÃO

Os governos federal e estadual e as concessionárias já demonstraram disposição para negociar e interesse que as obras iniciem imediatamente e as rodovias sejam duplicadas.

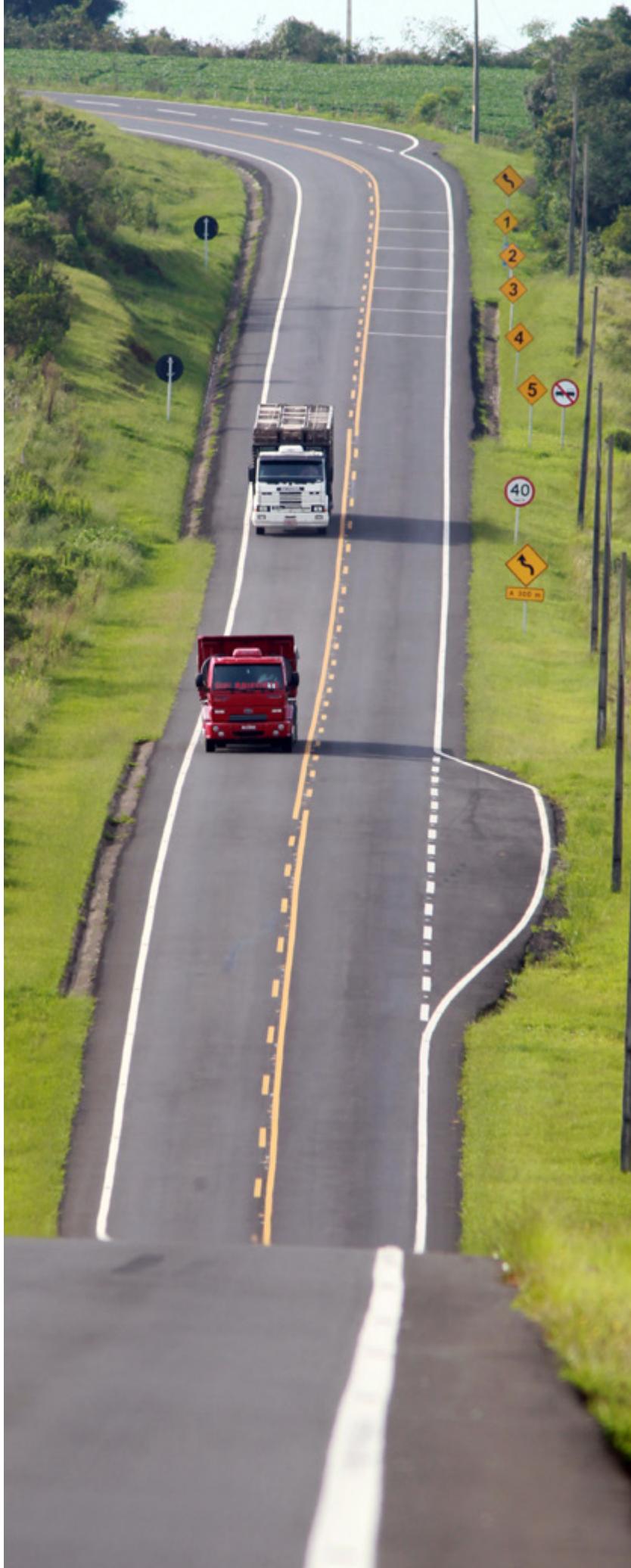
As negociações com as concessionárias devem ser feitas em conjunto pelo governo do Estado e governo federal, compartilhadamente, facilitando a renovação da Delegação.

AGEPAR

É indispensável que o governo do Estado instrumentize a sua Agência Reguladora do Transporte no Paraná (AGEPAR) para que haja realmente uma fiscalização, com contagem de tráfego e análise permanente dos balanços das empresas.

A AGEPAR, criada por lei em 2002, só foi instalada em 2012, dez anos depois e mesmo assim funcionando precariamente, sem quadro técnico permanente.

É de se esperar que, agora, o governo do Estado envie à Assembleia Legislativa o projeto de lei que cria o quadro da AGEPAR e libere os recursos presos no Tesouro do Estado.



Implicações

Quem almeja um futuro melhor para o nosso Estado, com outras possibilidades de desenvolvimento econômico e social, deve refletir seriamente sobre a possibilidade de antecipação da renovação da delegação do Anel de Integração ao governo do Paraná.

A renovação da delegação das rodovias federais para o Paraná é uma prioridade. É a possibilidade de negociação com as concessionárias para que tenhamos obras imediatas e não daqui a 8, 9 ou 10 anos.

É a possibilidade de tentarmos a redução imediata das tarifas de pedágios. É a possibilidade de zerar as pendências judiciais que pesam contra o Estado e que terão que ser pagas ao final do contrato. Algo estimado em R\$ 2 bilhões.

Ser contrário a renovação da delegação das rodovias federais para o Paraná parece algo impensável.





RENOVAÇÃO DA DELEGAÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS PARA O PARANÁ:

Pedágio mais barato

Obras imediatas – duplicação de 2,4 mil km

Cancelamento pendências judiciais

Prorrogação dos contratos

Pesquisa Pedágios do Paraná Anel de Integração

Diante da polêmica que o tema suscitou, a FAEP encomendou uma pesquisa para saber o que os motoristas (carro, moto, caminhão e ônibus), usuários das rodovias que compõe o Anel de Integração do Estado do Paraná, pensam sobre o pedágio.

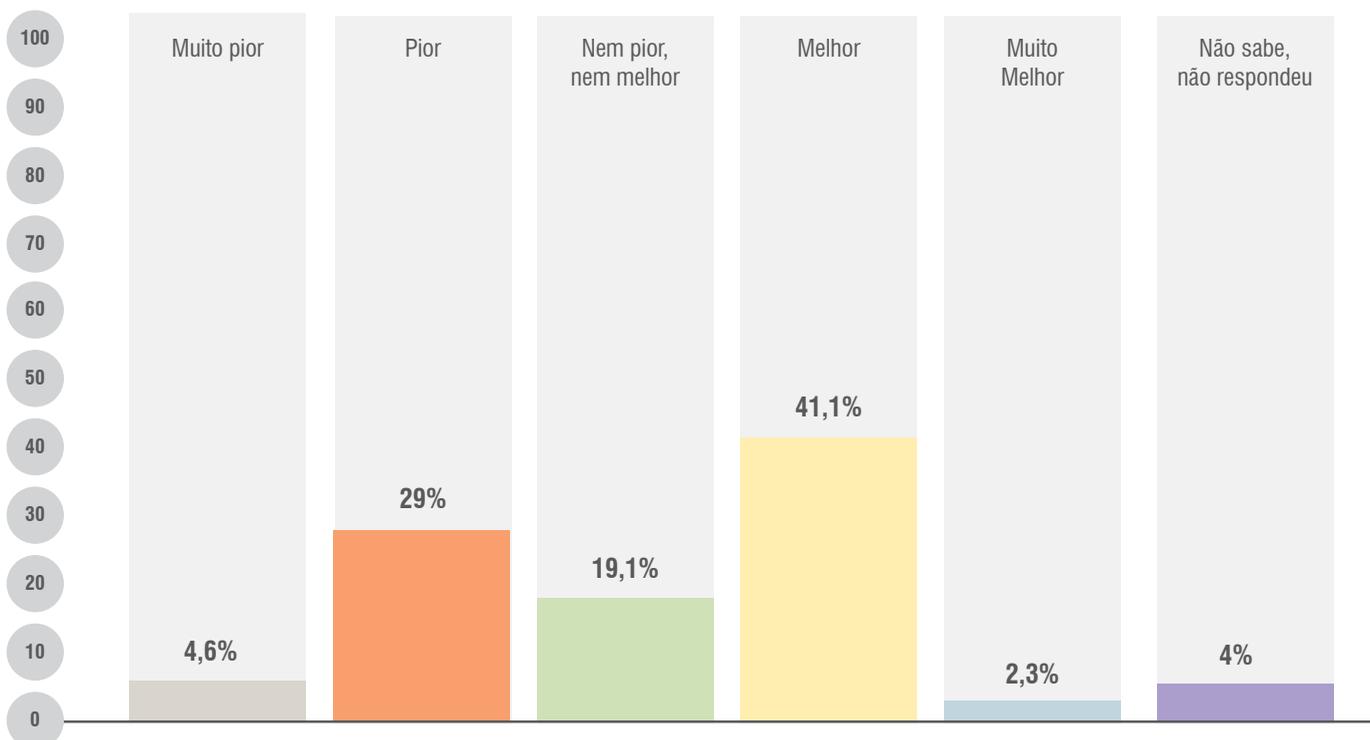
De acordo como estudo 79,3% dos usuários das rodovias paranaenses querem que o governo faça um novo contrato com as empresas de pedágio agora, com novas regras, obras de duplicação e tarifa mais baixa.

A pesquisa foi feita com motoristas que utilizaram alguma rodovia que compõe o Anel de Integração nos últimos 10 dias. O instituto Paraná Pesquisa, avaliou a percepção dos usuários das rodovias que compõem o Anel de Integração em relação ao pedágio, utilizou uma amostra de 2,5 mil motoristas, divididos segundo sexo, faixa etária e posição geográfica.

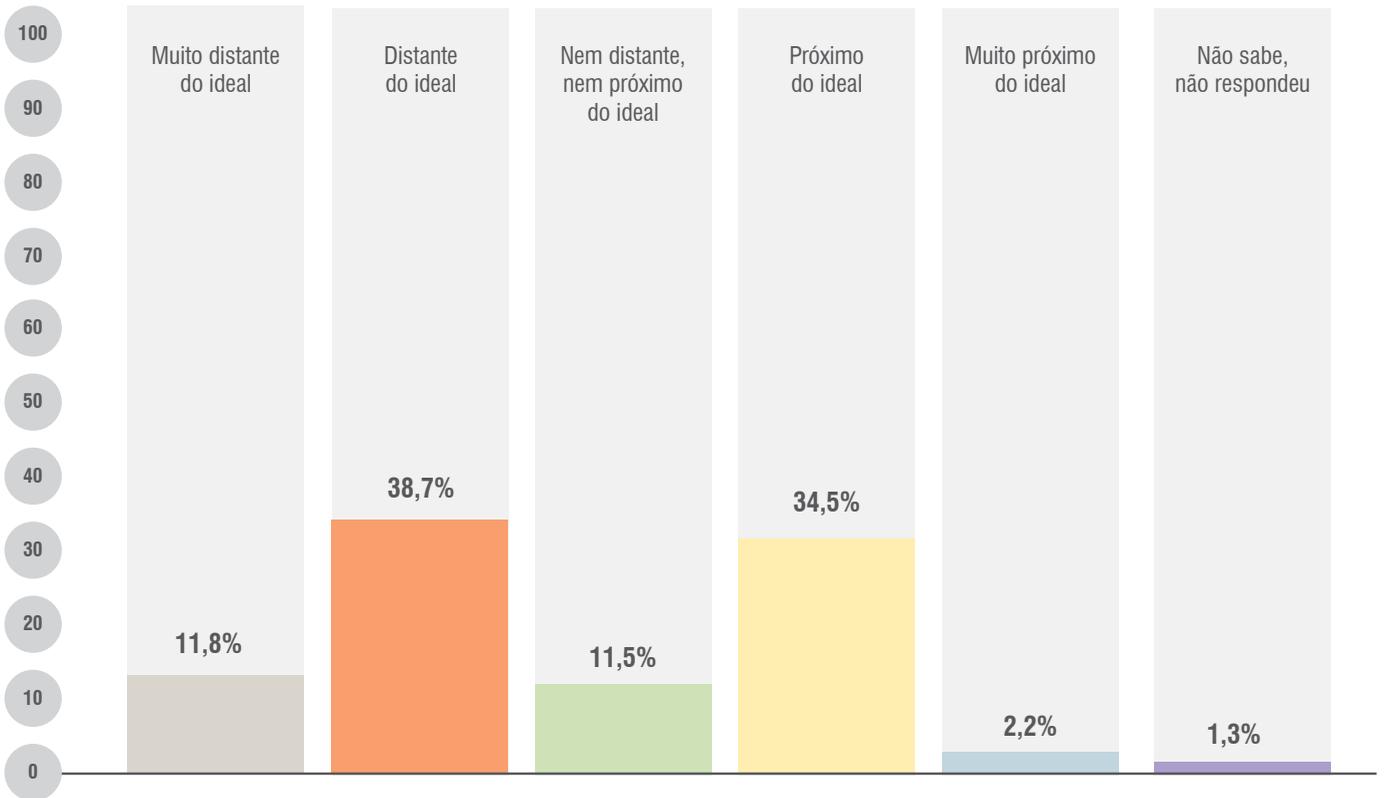
47,7% dos motoristas paranaenses estão Satisfeitos/Muito satisfeitos com as rodovias pedagiadas, enquanto 40,9% estão Insatisfeitos/Muito Insatisfeitos. As entrevistas foram realizadas com motoristas maiores de 18 anos em 62 municípios do Estado do Paraná entre os dias 27 de julho a 02 de agosto de 2015, sendo checadas simultaneamente à sua realização em 19,9% das entrevistas. Tal amostra representativa do Estado do Paraná atinge um grau de confiança de 95,5% para uma margem estimada de erro de 2% para os resultados gerais.

A Paraná Pesquisas encontra-se registrada no Conselho Regional de Estatística da 3ª Região sob o nº 6288/10 e é filiada à Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) desde 2003. Para a seleção da amostra utilizou-se o método de amostragem estratificada proporcional. Conforme o mapeamento do Estado em 10 mesorregiões homogêneas segundo o IBGE, considerou-se esta divisão geográfica como primeira estratificação. Dentro de cada mesorregião, agruparam-se os municípios em grupos homogêneos, procedendo-se a estratificação proporcional final da amostra.

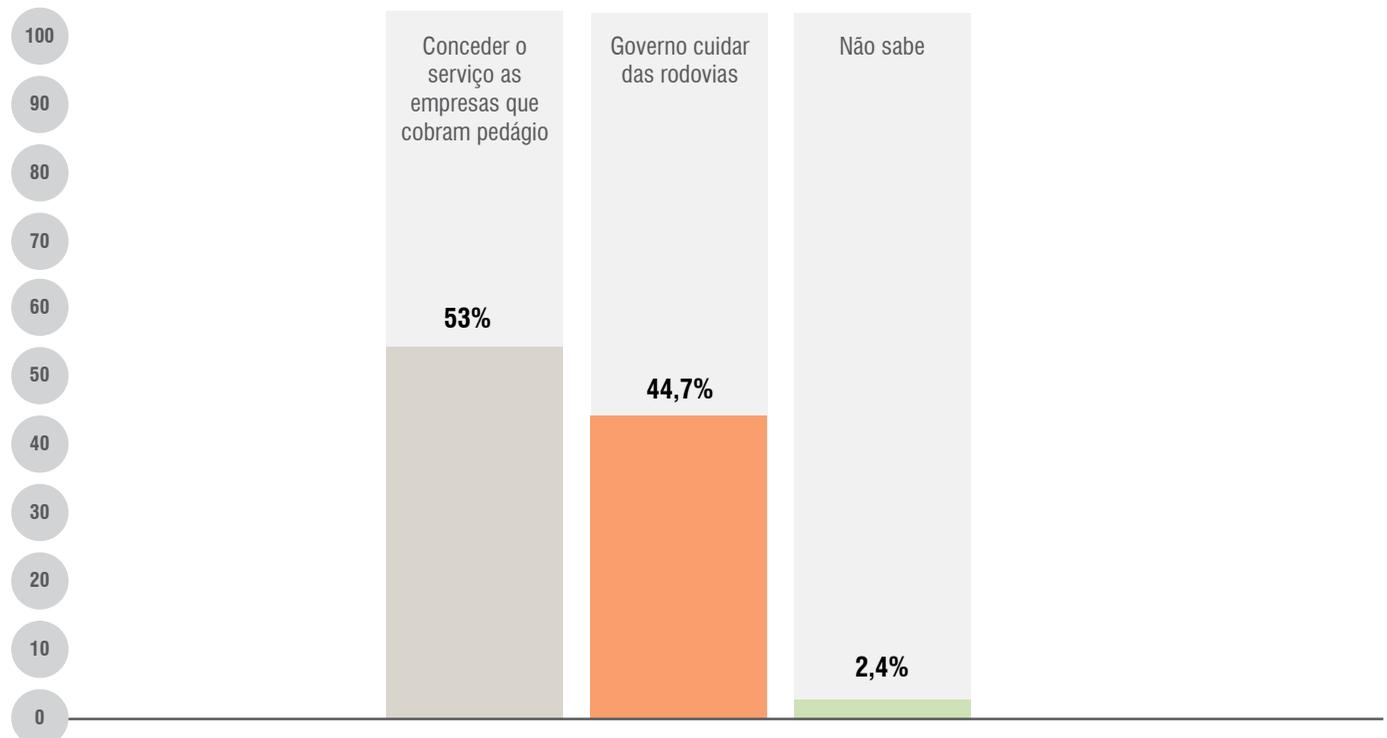
COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS RODOVIAS DO ESTADO DO PARANÁ COM A SITUAÇÃO DAS RODOVIAS DE OUTROS ESTADOS: (ESTIMULADA)



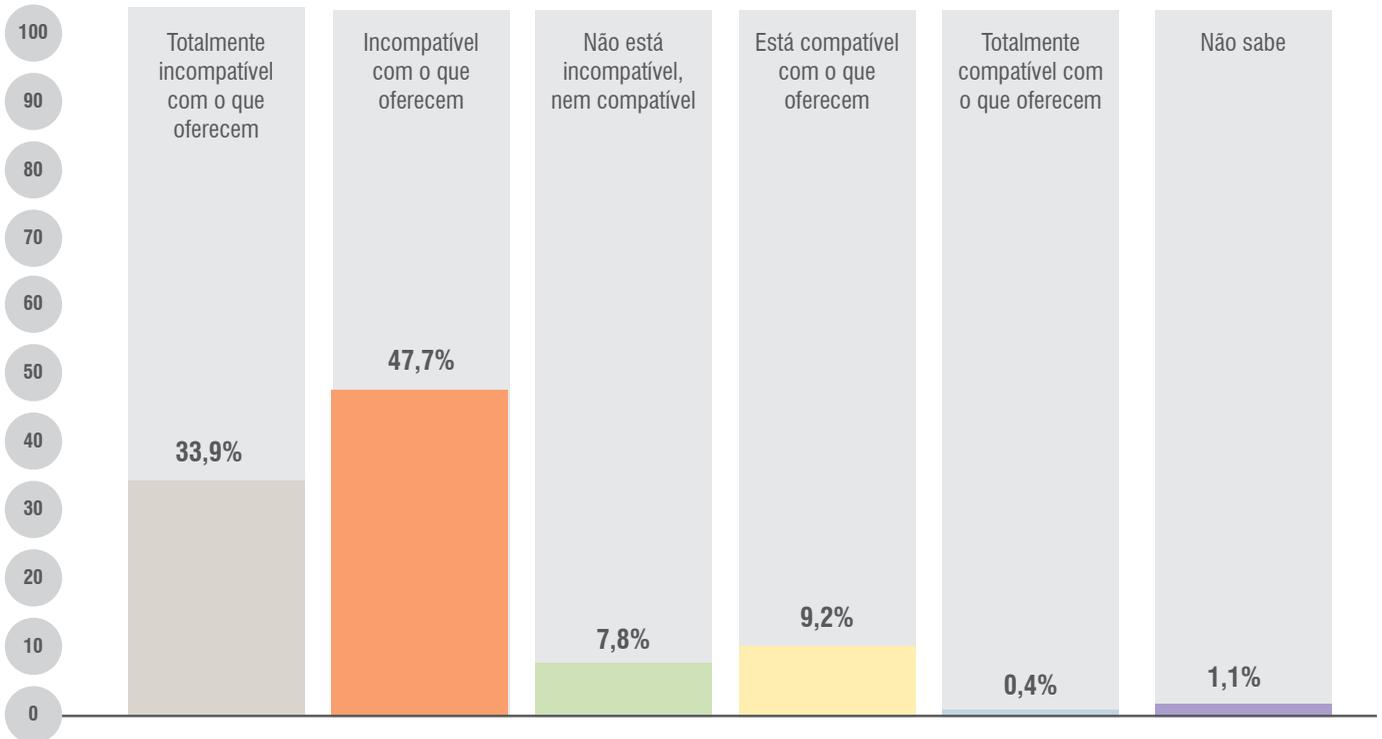
PERCEÇÃO DA DISTÂNCIA QUE AS ESTRADAS DO ESTADO DO PARANÁ ESTÃO, DE UMA RODOVIA IDEAL: (ESTIMULADA)



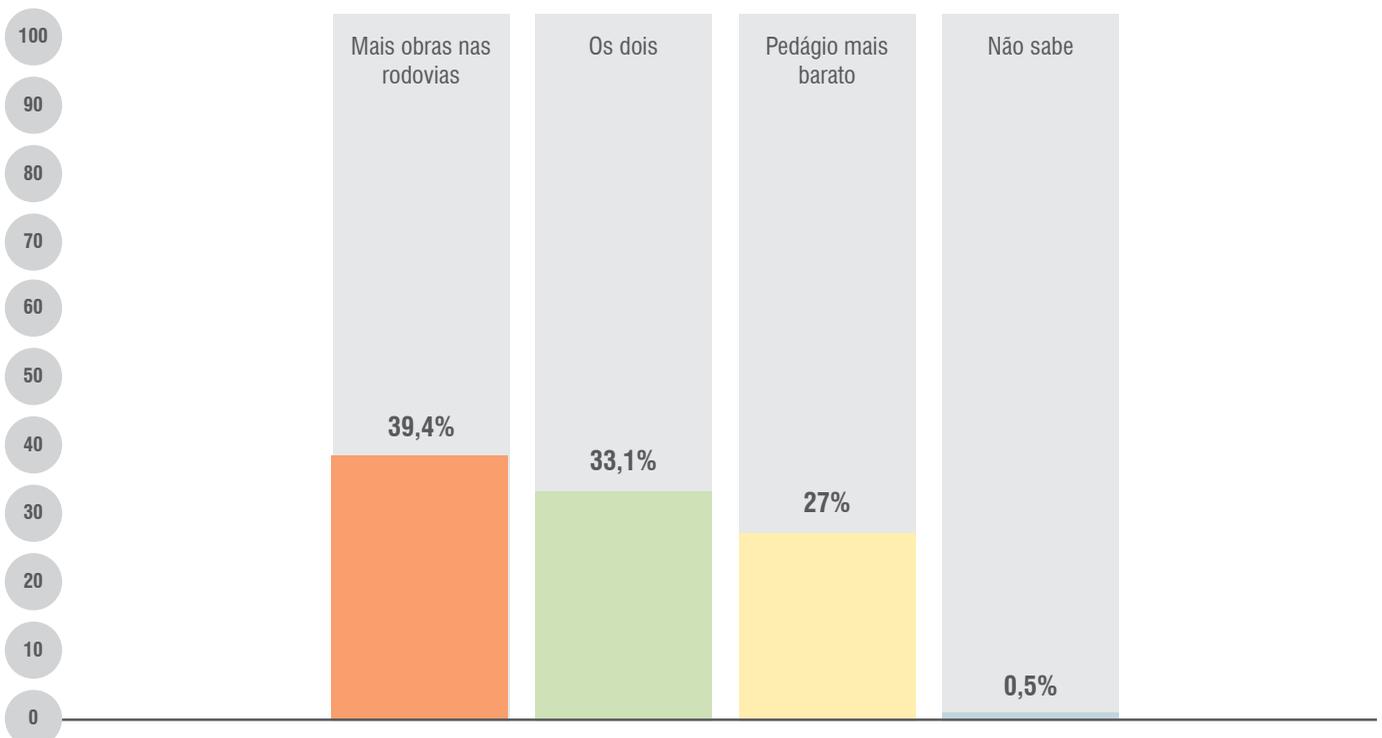
A MELHOR FORMA DE MANTER AS RODOVIAS EM BOM ESTADO É CONCEDER O SERVIÇO AS EMPRESAS QUE COBRAM PEDÁGIO OU O GOVERNO CUIDAR DAS RODOVIAS



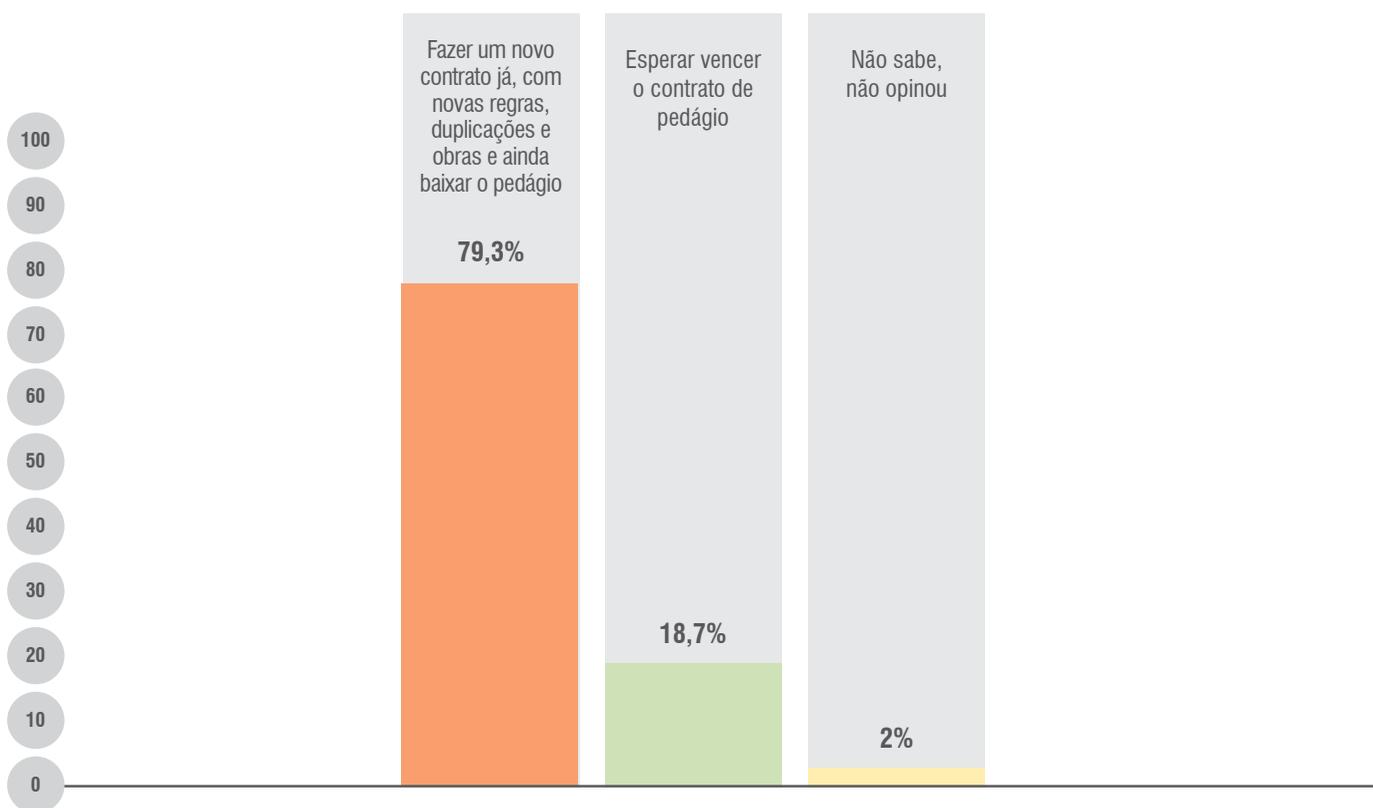
PARA O QUE AS EMPRESAS QUE ADMINISTRAM AS ESTRADAS/RODOVIAS OFERECEM AOS USUÁRIOS EM TERMOS DE ESTRUTURA, ASFALTO, APOIO, CONSERVAÇÃO ETC, O VALOR PAGO PELO PEDÁGIO ESTÁ: (ESTIMULADA)



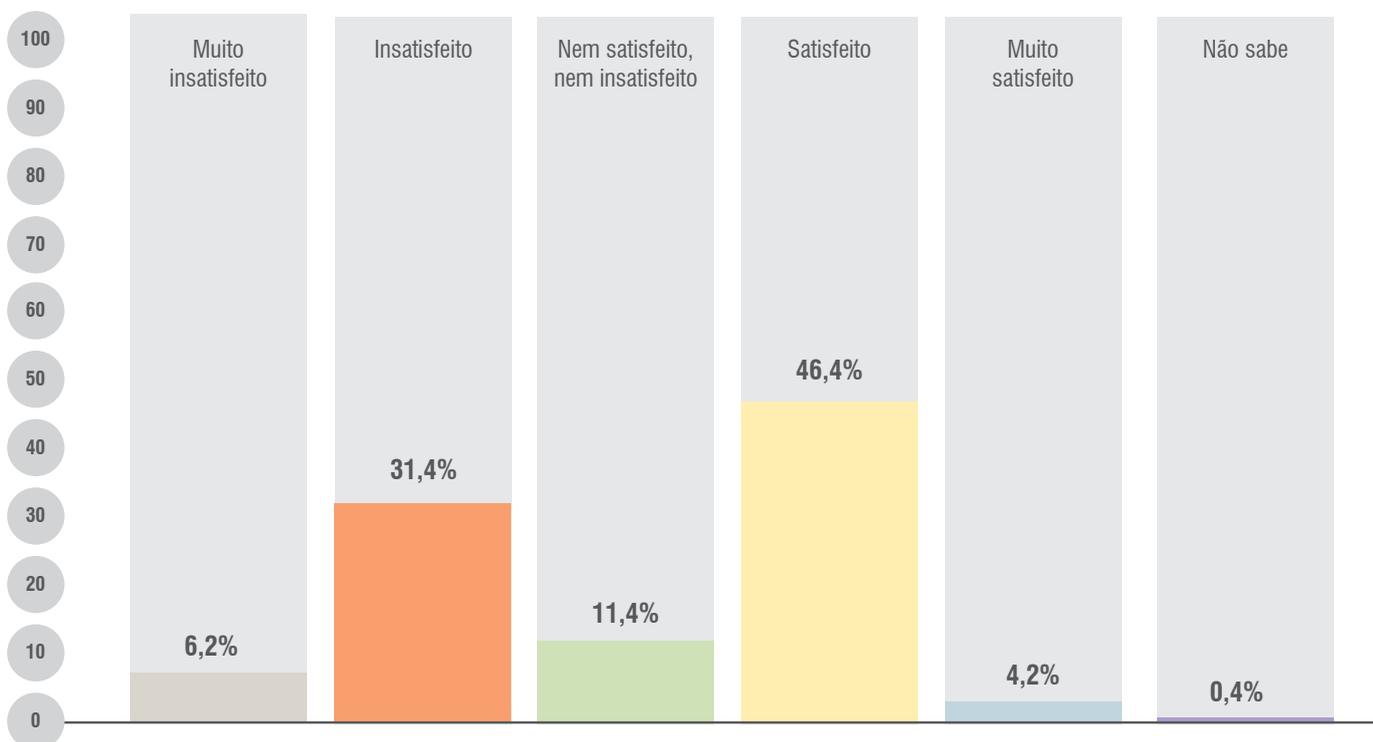
O QUE É MAIS IMPORTANTE: PEDÁGIO MAIS BARATO OU MAIS OBRAS NAS RODOVIAS?



É MELHOR O GOVERNO ESPERAR VENCER O CONTRATO DE PEDÁGIO, EM 2022, OU FAZER UM NOVO CONTRATO JÁ, COM NOVAS REGRAS, DUPLICAÇÕES, OBRAS E AINDA BAIXAR O PEDÁGIO?



GRAU DE SATISFAÇÃO COM RELAÇÃO A PAVIMENTAÇÃO/ ASFALTO DAS RODOVIAS DO PARANÁ: (ESTIMULADA)



Mesorregião 1 - Noroeste Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Amaporã, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guairacá, Guaporema, Icaraima, Inajá, Indianópolis, Iporã, Itaúna do Sul, Ivatê, Japura, Jardim Olinda, Jussara, Loanda, Maria Helena, Marilena, Mariluz, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Nova Olímpia; Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapanema, Paranaíba, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Rondon, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuã, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuã, São Jorge do Patrocínio, São Manoel, São Pedro do Paraná, São Tomé, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Vila Alta, Xambrê. **Mesorregião 2**- Centro Ocidental - Altamira do Paraná, Araruna, Boa Esperança, Borbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goio-erê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Salles, Nova Cantú, Peabirú, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa, Ubitatã. **Mesorregião 3** - Norte Central - Alvorada do Sul, Ângulo, Apucarana, Arapongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Astorga, Atalaia, Bela Vista do Paraíso, Bonsucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambé, Cambirá, Cândido de Abreu, Centenário do Sul, Colorado, Cruz Maltina, Doutor Camargo, Faxinal, Floreal, Floresta, Florestópolis, Flórida, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guaraci, Ibitiporã, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivaiporã, Ivatuba, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Kaloré, Lidianópolis, Lobato, Londrina, Lunardeli, Lupionópolis, Mandaguacu, Mandaguari, Manoel Ribas, Marialva, Marilândia do Sul, Maringá, Marumbi, Mauá da Serra, Miraselva, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ourizona, Paçandu, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Rio Bom, Sabaudia, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Rosário do Ivaí, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Sarandi, Sertanópolis, Tamaraná, Uniflor **Mesorregião 4**- Norte Pioneiro - Abatiá, Andirá, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Assaí, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mayrink, Cornélio Procópio, Cruz Maltina, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibiti, Itambaracá, Leópolis, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Nova América da Colina, Nova Fátima, Santa Amélia, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Prado Ferreira, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Branco do Ivaí, Salto do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira, Saprema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tamarana, Tomazina, Uraí, Wesneslau Braz. **Mesorregião 5** - Centro Oriental - Arapoti, Carambei, Castro, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania **Mesorregião 6** – Oeste - Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaira, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste. **Mesorregião 7** – Sudoeste Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bonsucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê, Vitorino. **Mesorregião 8** - Centro-Sul Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Honório Serpa, Inácio Martins, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Marquinho, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Palmas, Palmital, Pinhão, Pitanga, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, Turvo, Virmond **Mesorregião 9** - Sudeste - Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, União da Vitória. **Mesorregião 10** - Metropolitana de Curitiba - Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulisses, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Porto Amazonas, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná.

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP _____



www.sistemafaep.org.br

R. Marechal Deodoro, 450 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba-PR
F. (41) 2169.7988 | faep@faep.com.br

Compra de trens deve dobrar capacidade da Ferroeste

Apesar da aquisição, trecho operado pela empresa é muito pequeno para melhorar o escoamento da produção agropecuária pelo modal ferroviário



A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste) anunciou na última semana a aquisição de cinco locomotivas e 400 vagões graneleiros que irão se somar à sua frota. A compra, no valor de R\$ 4 milhões, deve dobrar a capacidade de transporte e ampliar o faturamento da empresa.

Hoje, o principal trecho de operação da Ferroeste é entre Cascavel, no Oeste do Estado, e Guarapuava, na região Central. Para seguir até o Porto de Paranaguá, é necessário pedir direito de passagem pelo trecho que pertence hoje ao grupo Rumo (empresa ligada à Cosan-SP, que assumiu o controle da ALL), até Paranaguá.

Para o assessor técnico e econômico da FAEP, Nilson Hanke Camargo, o ponto positivo da nova aquisição é que a Ferroeste reduzirá os arrendamentos de máquinas para realizar o transporte de cargas na região. “Quanto mais material rodante ela tiver, menos arrendamentos terá que fazer, isso diminuirá seus custos”, avalia.

Porém, as aquisições da empresa estão longe de melhorar a situação do transporte do setor produtivo paranaense, que hoje não conta com uma opção ferroviária consistente para baratear os custos de transporte da produção agropecuária do Estado. “Para uma ferrovia ser viável economicamente, ela tem que cobrir grandes distâncias”, alerta Camargo. O trecho entre Cascavel e Guarapuava, no entanto, tem apenas cerca de 230 quilômetros, o que não torna o trem um meio de transporte atraente para escoar a produção do Oeste paranaense.

A região tem grande concentração de avicultores e suinocultores, além de uma pujante produção de grãos, que destina a Paranaguá algo entre cinco milhões e seis milhões de toneladas por ano. A imensa maioria desta produção vem sendo transportada até o porto em cima de caminhões.

Para melhorar este quadro, a FAEP defende a viabilização dos trechos ferroviários entre as cidades de Cascavel e Guaíra, entre Campo Mourão e Cascavel e entre Campo Mourão e Jussara, que daria acesso ao ramal já existente entre Cianorte e Maringá, hoje desativado. “Com isso, toda região estaria dotada de modal ferroviário”, afirma Camargo.

Compra

Os maquinários adquiridos pela Ferroeste vêm da empresa Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e serão entregues em setembro deste ano. Com a aquisição, o número de locomotivas passa de dez para quinze, e os vagões de carga de 60 para 460 unidades. A última aquisição da Ferroeste foi em 2013, quando foram compradas duas locomotivas.

I Congresso Estadual da Agropecuária

A estimativa de público para o evento é de mil participantes entre produtores rurais, técnicos e especialistas do setor



**I CONGRESSO ESTADUAL
DA AGROPECUÁRIA
UMUARAMA**

O bloco parlamentar temático agropecuário da Assembleia Legislativa do Paraná e a Universidade Paranaense (Unipar)

realizam, no próximo dia 27 de agosto, o I Congresso Estadual da Agropecuária, em Umuarama. O encontro será no Teatro Neiva Pavan Machado Garcia da universidade. O Sistema FAEP/SENAR-PR é um dos apoiadores do evento que tem por objetivo discutir as principais demandas do setor agropecuário para médio e longo prazo.

Cinco temas foram eleitos para compor os debates: A agroindustrialização e diversificação de produção; O acesso a terra e habitação rural; infraestrutura viária e conservação de solo e água, a assistência técnica e organização rural.

“Queremos discutir junto com a sociedade paranaense ligada ao setor agropecuário as principais demandas e medidas para o desenvolvimento do setor a médio e longo prazo”, comentou o líder do bloco parlamentar, deputado Claudio Palozzi.

Entre os temas questões como solo e água, habitação rural, produção de peixes, agroindustrialização e a diversificação de produção, o novo Plano Nacional de Reforma Agrária, entre outros. A programação completa pode ser acessada no site do evento <http://blocoagropecuario.com.br/>. As inscrições são gratuitas e também podem ser feitas pela internet.

XXIX Congresso Brasileiro de Agronomia

A FAEP foi uma das patrocinadoras do XXIX Congresso Brasileiro de Agronomia (CBA), que aconteceu em Foz do Iguaçu, de 4 a 7 de agosto, com o tema “Desafios e Oportunidades Profissionais”. O evento contou com a presença de cerca de dois mil engenheiros-agrônomo e foi uma promoção da Confederação dos Engenheiros Agrônomo do Brasil (Confaeab) e organizado pela Federação dos Engenheiros-Agrônomo do Paraná.

Os agrônomos discutiram o futuro da agropecuária no Brasil e as alternativas viáveis seguindo uma tendência sustentável, garantido às próximas gerações um ambiente equilibrado e produtivo. Na grade de discussões, outros temas como: a importância da utilização de projetos integrados de produção nas propriedades, resistência de pragas e plantas invasoras, o futuro da biotecnologia, a infraestrutura e logística da agropecuária, aspectos legais na emissão do receituário agrônômico entre outros assuntos que afetam diariamente no exercício profissional.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 05 - SAFRA 2015/2016

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 30 de julho de 2015 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em julho de 2015 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2015/2016, que passam a vigorar a partir de 01 de agosto de 2015. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de julho de 2015 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JULHO 2015 | SAFRA 2015/2016 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,64%	41,52	0,57%	43,13
AME	48,08%	43,63	41,73%	44,32
EAC - ME	1,24%	1.531,20	1,02%	1.571,92
EAC - MI	16,39%	1.343,98	19,04%	1.372,34
EA-of	0,04%	1.474,03	0,06%	1.449,54
EHC - ME	3,68%	1.349,51	1,35%	1.356,69
EHC - MI	29,06%	1.220,23	35,78%	1.243,02
EH-of	0,87%	1.242,13	0,46%	1.269,51

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 17,68% 1.357,44 20,12% 1.382,69
EHC - ME+MI+of 33,61% 1.234,94 37,59% 1.247,41

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,64%	0,4708	0,57%	0,4890
AME	48,08%	0,4967	41,73%	0,5046
EAC - ME	1,24%	0,5387	1,02%	0,5530
EAC - MI	16,39%	0,4728	19,04%	0,4828
EA-of	0,04%	0,5186	0,06%	0,5100
EHC - ME	3,68%	0,4955	1,35%	0,4981
EHC - MI	29,06%	0,4480	35,78%	0,4564
EH-of	0,87%	0,4561	0,46%	0,4661
Média		0,4786		0,4833

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 17,68% 0,4776 20,12% 0,4865
EHC - ME+MI+of 33,61% 0,4534 37,59% 0,4580

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ SAFRA 2015/2016 - PREÇOS EM REAIS A VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	0,18%	43,13
AME	51,04%	44,65
EAC - ME	0,32%	1.571,92
EAC - MI	17,87%	1.383,65
EA-of	0,02%	1.449,54
EHC - ME	0,42%	1.356,69
EHC - MI	30,02%	1.220,74
EH-of	0,14%	1.269,51

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	0,18%	0,4890
AME	51,04%	0,5083
EAC - ME	0,32%	0,5530
EAC - MI	17,87%	0,4868
EA-of	0,02%	0,5100
EHC - ME	0,42%	0,4981
EHC - MI	30,02%	0,4482
EH-of	0,14%	0,4661
Média		0,4864

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA

R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	53,11	59,33
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	53,11	59,33

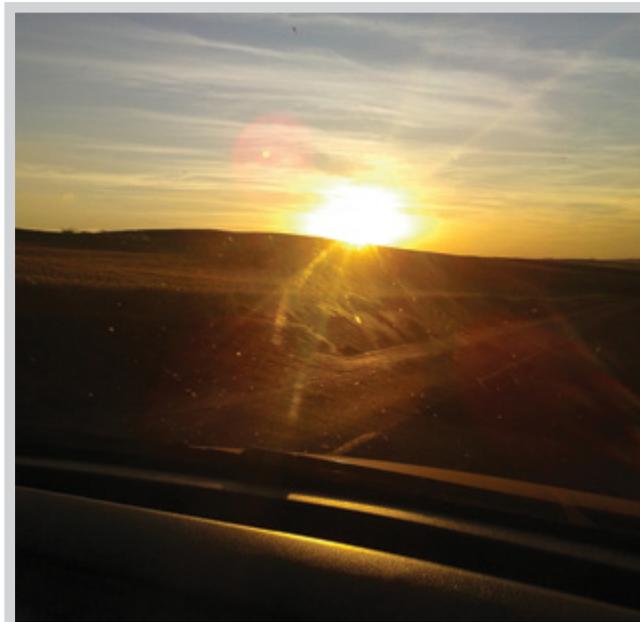
Maringá, 30 de julho de 2015.

PAULO ROBERTO MISQUEVIS | Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO | Vice-Presidente



No meio da plantação de canola, solitário um pé de manga. O inusitado da cena com o contraste das cores parece um quadro, mas a paisagem é real. O registro é do Walter Aparecido André, técnico em Agropecuária de Wenceslau Braz.



O sol se põe e a lua vai chegando, tudo simultaneamente. E, a Ana Maria Branbilla não perdeu tempo e congelou o momento.



A pombinha improvisou um ninho num par de sapatos. Ela se tornou inquilina na varanda da casa do produtor de banana, Pedro Gonçalves, em Andará. O registro foi feito por Bethazia Felício.



Toda família tem um pequeno que incomoda o maior, mas no final um não vive sem o outro. A amizade canina foi registrada por Francisco Moesio Pereira de Moreira Sales.

Justiça reconhece obrigação da Funai de prestar informações à FAEP

Em decisão inédita, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), com sede no Rio Grande do Sul, reconheceu a obrigação da Fundação Nacional do Índio (Funai) de fornecer informações sobre o número de processos administrativos aberto para demarcação de terras indígenas nos municípios de Terra Roxa e Guaira, no Oeste paranaense.

O tribunal também decidiu que a Funai deve informar quais os critérios utilizados para a identificação dos indígenas pretendentes à demarcação, uma vez que existe o risco de índios de outros países virem pleitear terras no Brasil. A Funai deve prestar estas informações em um prazo de 10 dias.

A decisão se deu no julgamento de agravo de instrumento

interposto pela FAEP no último mês de julho, em ação que move contra a Funai por conta da fundação se recusar a prestar informações sobre as demarcações indígenas no Oeste do Paraná. A medida pretendia reconhecer a obrigação da Funai em prestar as referidas informações, sob pena de suspensão dos trabalhos.

Desde o início do processo a Funai se recusava a prestar informações sobre suas ações. Durante o julgamento em primeira instância, a Justiça indeferiu uma liminar da FAEP pedindo a suspensão do processo. Porém, a federação interpôs um agravo de instrumento, que foi parcialmente provido pelo relator, que reconheceu a obrigação da instituição em prestar as informações solicitadas.

De acordo com o advogado Gustavo Passarelli da Silva, que representa a FAEP neste pleito, a decisão é importante, pois é a primeira vez que o TRF4 reconhece a obrigação da Funai de fornecer as informações do processo administrativo. “Essas informações poderão futuramente proporcionar outras medidas judiciais de defesa dos direitos da classe produtora paranaense”, avalia.



Concurso Regional de Redução de Perdas na Colheita da Soja

O produtor João Aguinaldo Nunes, de Maringá, foi o vencedor do XII Concurso Regional de Redução de Perdas na Colheita da Soja, safra 2014/15 realizado durante a 20ª Festa da Soja. O evento realizado no último dia 31, no Centro de Tradições Gaúchas “Rincão Verde”, teve o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e do Sindicato Rural de Maringá.

Nunes registrou uma perda de apenas 3,54kg/ha e, como prêmio, recebeu uma motocicleta doada pela Cocamar e Sicredi. Na avaliação do concurso são consideradas as perdas no campo no momento da operação de colheita, que são acompanhadas por técnicos da Emater e uma equipe de universitários, que utilizam a metodologia desenvolvida pela Embrapa Soja.

Dados da Embrapa Soja indicam que a perda do grão no Brasil gira em torno de duas sacas/ha (120 Kg), no Paraná a perda média é de 60 kg/ha. Ao longo dos 20 anos do concurso, a região de Maringá tem se sobressaído no combate ao desperdício, com a marca de 45 kg/ha. Entre os operadores avaliados na 20ª edição, a perda média foi de 14,24 kg/ha.

O concurso abrangeu uma área de 41,8 hectares (dos estimados 250 mil hectares cultivados na região de Maringá) e registrou 173 inscrições de operadores de máquinas, proprietários e trabalhadores rurais de 12 municípios: Maringá, Sarandi, Marialva, Paiçandu, Ângulo, Lobato, Floresta, Mandaguaçu, Ourizona, Iguaraçu, Itambé e São Jorge do Iváí.

A iniciativa do concurso é do Instituto Emater e Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. O evento contou com a participação de mais de mil produtores rurais, técnicos e operadores de máquinas.

Serighelli na Faep

O assessor especial para Assuntos Fundiários da Casa Civil, Hamilton Luiz Serighelli, esteve na sede da FAEP, em Curitiba no último dia 22 de julho, onde se reuniu com o presidente Ágide Meneguette para tratar de problemas relacionados às invasões de terras pelo MST e outros assuntos referentes a questões indígenas. Também participaram da reunião o diretor Financeiro da FAEP, João Luiz Biscaia, os assessores da presidência da FAEP, Carlos Augusto Albuquerque e Antônio Poloni, o assessor jurídico da federação, Klauss Kuhnen Dias, e o senhor Ivan Rodrigues, assessorando Serighelli.



Criada na Câmara Frente Parlamentar da Silvicultura

Teve início no dia 15 de julho, em Brasília, os trabalhos da Frente Parlamentar da Silvicultura da Câmara dos Deputados. O objetivo da iniciativa é defender o uso sustentável e racional das florestas e promover medidas de incentivo ao setor. Na agenda do colegiado os primeiros trabalhos miram a busca pela simplificação

dos licenciamentos ambientais, a mudança do parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que proíbe a aquisição de terras por estrangeiros, a criação da cédula de crédito florestal como mecanismo para trazer maior liquidez e a retirada do setor florestal da lista de atividades poluidoras.

A frente parlamentar é presidida pelo deputado federal Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG). Como coordenador regional da região Sul foi escolhido o deputado federal paranaense Sérgio Souza (PMDB-PR).

Fim do emplaceamento de máquinas agrícolas



A presidente Dilma Rousseff sancionou no dia 30 de julho a Lei nº 13.154/15 (originária da Medida Provisória nº 673) que livra máquinas agrícolas da necessidade de emplaceamento e licenciamento. De acordo com o texto publicado no Diário Oficial da União do dia 31 de julho, os proprietários de tratores, colheitadeiras, pulverizadores e outros equipamentos estão dispensados do licenciamento e do emplaceamento destes veículos, devendo somente realizar um registro único, sem ônus, em um cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. A exigência do registro será apenas para as máquinas fabricadas a partir de 2016.

Art. 115

§ 4º - A. Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Fonte: DOU 31/07/2015

ARAPOTI



Prevenção incêndios

O Sindicato Rural de Arapoti, em parceria com a Fazenda Mutuca, realizou de 14 a 17 de julho, dois cursos de Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas) - prevenção e combate aos incêndios florestais. Participaram 29 trabalhadores rurais com o instrutor Pedro Maia Penna.

SERTANÓPOLIS



Olericultura

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, em parceria com o Departamento de Assistência Social do município, nos dias 10, 11 e 12 de junho, o curso Trabalhador na Olericultura básica – olerícolas de talos, folha e flores. Participaram 12 produtores rurais com o instrutor Luis Hiroshi Shimizu.

NOVA PRATA DO IGUAÇU



Piscicultura

No dia 13 de julho, os alunos da Casa Familiar Rural (CFR) de Nova Prata do Iguaçu concluíram o curso de Piscicultura com a instrutora Cláudia Mantelli. Participaram do evento de conclusão do curso o prefeito Adroaldo Hoffelder, a primeira-dama Elizete Cavazin, o vice-prefeito Ivo Oscar Schneider e esposa, o secretário da Agricultura Armando Figueredo Ghisleri, o proprietário do frigorífico de peixes Rodrigo Antônio Pigozzo e esposa, os produtores Maria Eronete e Alceu Tadiotto e o presidente da Associação CFR Neivo Borsatto.

CURIÚVA



Tratorista

O Sindicato Rural de Curiúva realizou de 13 a 17 de julho o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - tratorista agrícola. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Miguel Jorge Watfe.

CIANORTE



Plasticultura

Nos dias 20, 21 e 22 de julho o Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Indianópolis, realizou o curso de Trabalhador na Olericultura Básica – Plasticultura. Participaram 11 produtores rurais com o instrutor Claudio José Zunta.

MANDAGUAÇU



Milho

O Sindicato Rural de Mandaguaçu realizou, em parceria com a Prefeitura, nos dias 2 e 3 de julho, o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de cereais - básico em milho. Participaram 10 produtores e trabalhadoras rurais com o instrutor Frederico Leonneo Mahnic.

CÂNDIDO RONDON



Mandioca

O Sindicato Rural de Cândido Rondon realizou nos dias 20 e 21 de julho, em sua extensão de base em Pato Bragado, o curso de Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca. Participaram 15 produtoras com o instrutor Frederico Leonneo Mahnic. O curso foi realizado em parceria com a Prefeitura de Pato Bragado, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

SÃO JOÃO



Agrinho

O Sindicato Rural de São João realizou, no dia 27 de maio, em parceria com a Secretaria da Educação do Município a palestra do Programa Agrinho com a instrutora Sandra Cardoso Dias. A adesão a capacitação é grande por parte dos professores em função do grande destaque que o município consegue todos os anos no Programa Agrinho.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Pérolas do Vestibular

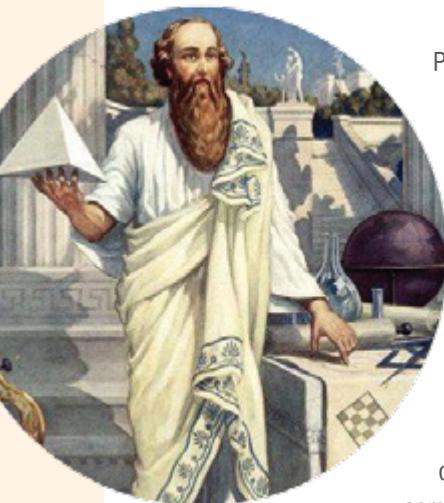
A História se divide em quatro: Antiga, Média, Moderna e Momentânea (esta, a dos nossos dias).

Agora, além das pérolas do Enem, dá uma olhada no que os sem noção escreveram, em uma prova de faculdade. “Marketing em português é mercado, marketing pessoal, portanto é o mercado que frequentamos”.

As glândulas salivares só trabalham quando a gente têm vontade de cuspir.

O objetivo da Sociedade Anônima é ter muitas fábricas desconhecidas.

Pitágoras



Pitágoras, o matemático grego que tem o teorema com seu nome, defendia uma filosofia vegetariana, mas um dos seus princípios era uma proibição completa de tocar ou comer feijão. Diz a lenda que os feijões foram em partes os culpados pela morte de Pitágoras. Depois de ser expulso de sua casa por invasores, ele se deparou com um campo de feijão, onde supostamente decidiu que preferia morrer do que entrar no campo – e assim os invasores cortaram sua garganta.



Papagaios

Não é verdade que os papagaios apenas repetem o que eles escutam. Os papagaios parecem compreender conceitos como “igual” e “diferente”, “maior” e “menor”, “nenhum” e números. E o mais interessante é que eles combinam falas e frases, como em um a novela. Eles conseguem resolver tarefas linguísticas para crianças de 4 a 6 anos.

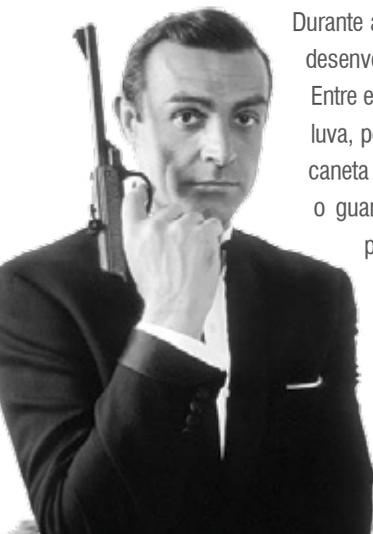
Ninho de amor



Dom Pedro II tinha fama de sábio. Conhecia aramaico, além de diversas línguas vivas. Respondia-se com a maior parte dos cientistas de seu tempo, bem como com compositores, cantores e atores. Mas sua famosa biblioteca no Rio de Janeiro também tinha outra finalidade. Servia de ninho para seus amores clandestinos. Apesar de mais discreto que o pai ele abalou vários corações. O mais famoso relacionamento extraconjugal foi com Luísa Margarida de Barros Portugal, a condessa de Barral, exposto por Mary Del Priore em Condessa de Barral, a Paixão do Imperador. O relacionamento durou 34 anos.



Equipamentos de espionagem



Durante a Guerra Fria, as agências de espionagem desenvolveram alguns equipamentos inusitados. Entre eles, a arma de pulso que é anexada a uma luva, podendo ser escondida sob uma manga. A caneta espiã que escondia uma câmera dentro; o guarda-chuva assassino equipado com uma pastilha de ricina tóxica que mata o alvo lentamente, ao longo de alguns dias e uma pistola 4.5 mm escondida dentro de um batom. Esses artefatos inspiraram personagens espiões, como James Bond, Inspetor Bugiganga, Michael Corben, Agente 00-Zero, entre outros.



Cravo

O cravo é originário das Ilhas Molucas, na Indonésia. O botão da flor, seco, é usado como especiaria desde a antiguidade, para aromatizar alimentos e para fins medicinais. Na China, o cravo era usado não só como tempero, mas também como antisséptico bucal. Para conversar com o imperador, o visitante tinha que mascar cravo para prevenir o mau hálito. No início do século XVI, um 1 kg de cravo custava sete gramas de ouro.



Efeito positivo

Frutas vermelhas ajudam na produtividade. Morango, mirtilo, framboesa, cerejas. Além de lindas e saborosas, as frutas vermelhas melhoram a memória e evitam doenças degenerativas. De acordo com um estudo da Tufts University, nos Estados Unidos, os mirtilos evitam a perda de memória. No Salk Institute for Biological Studies, os pesquisadores descobriram que o morango melhora as conexões entre as células neurais, estimulando também a memória.

Morre a sogra

O cara resolve levar a sogra junto na lua de mel para o Oriente Médio. Chegando lá, a velha logo bate as botas.

Apavorada, a filha diz para o marido que ele tome providências para levar a mãe dela para o Brasil.

O cara vai ao IML local e pergunta quanto custa o traslado do corpo, e quanto custaria para enterrar a velha por lá mesmo. O sujeito do IML responde que para trazer o corpo para o Brasil custa R\$ 50 mil, e para enterrar por lá custaria R\$ 5 mil.

O genro responde que prefere trazer o corpo para o Brasil. O cara olha espantado para o brasileiro e responde:

- Mas o senhor ama a sua sogra, para pagar um valor desses?

O cara olha para o agente e responde:
- Prefiro não arriscar meu amigo, aqui é Jerusalém, e já ressuscitou gente por aqui.

A ponte da diversão

A ponte Eshima Ohashi tem 44 metros de altura e une as cidades japonesas de Matsue e Sakaiminato. Ela foi projetada para permitir que navios passem por baixo dela. A Eshima Ohashi é a maior ponte de estrutura rígida no Japão e a terceira maior do mundo. Ela lembra uma verdadeira montanha-russa pela sua inclinação, com a diferença de que você pode fazer um passeio na segurança de seu próprio veículo. Isso se não tiver medo de altura.



QUE NOME É ESSE?

Até agora, a Operação Lava Jato, maior operação contra a corrupção da história do Brasil, já teve 17 fases desde que foi deflagrada em março de 2014. Algumas delas foram batizadas com nomes que são ou, engraçados, ou impactantes, o importante é que sempre são uma referência sutil à fase da investigação, uma prática que se tornou comum nas operações deflagrada pela Polícia Federal.

Veja os nomes usados até agora nas fases da Operação Lava Jato:

7ª. fase - “O Juízo Final”, foi o primeiro na Operação Lava Jato. Ele deu a dimensão da ação que levou para a cadeia alguns dos mais influentes executivos do país e o tamanho da reação que a Polícia Federal e o juiz Sérgio Moro enfrentaram a partir de então.

9ª. fase – “My Way” - (Meu Jeito), em referência a como um dos delatores do esquema, o ex-gerente-executivo da Petrobras Pedro Barusco, se referia ao ex-diretor de Servi-

ços da estatal, Renato Duque, acusado de participar do esquema de corrupção na empresa.

10ª. fase - “Que país é esse?” - O nome desta fase da operação se refere a uma frase dita pelo ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque ao ser preso pela primeira vez.

11ª. fase “A origem” – Uma alusão as primeiras etapas da Lava Jato com as investigações sobre três ex-parlamentares – André Vargas (PT/PR), Pedro Corrêa (PP/PE) e Luiz Argôlo (SD/BA) -, cujo envolvimento com o esquema do doleiro Alberto Youssef foi descoberto nos primeiros movimentos da investigação.

14º. fase “Erga omnes” - O nome da operação é uma expressão em latim que significa “vale para todos” e foi um dos mais destacados, por remeter a ideia de que todos são iguais perante a lei.

15º. fase “Conexão Mônaco” - referência a operações financeiras do ex-diretor no principado de Mônaco.

16ª. fase “Radioatividade” - Esta fase da operação teve como foco os contratos entre a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás, para as obras da usina de Angra 3, daí o nome.

17ª. fase “Pixuleco” - O nome faz referência ao termo usado por João Vaccari Neto para falar sobre o dinheiro cobrado de empreiteiras do cartel que atuava na Petrobras.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___ Responsável _____
Em ___/___/___

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br